

metrópoles

REVISTA DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA 1º SEMESTRE 2013

A REGIÃO DE LISBOA É MUITO DINÂMICA E O PRINCIPAL MOTOR DE INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE NO PAÍS

JOHANNES HAHN, Comissário Europeu da Política Regional



ENTREVISTA

FERNANDO SEARA
PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL
DE SINTRA

DESTAQUE

PREPARAÇÃO
DO QUADRO
COMUNITÁRIO
2014-2020

PATRIMÓNIO

EMBARCAÇÕES
TRADICIONAIS DO TEJO

CULTURA

AQUILINO RIBEIRO
EM LISBOA

ALCOCHETE . ALMADA .
AMADORA . BARREIRO .
CASCAIS . LISBOA .
LOURES . MAFRA . MOITA .
MONTIJO . ODIVELAS .
OEIRAS . PALMELA .
SEIXAL . SESIMBRA .
SETÚBAL . SINTRA .
VILA FRANCA DE XIRA

MUNICÍPIOS QUE CONSTITUEM A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Alcochete

Largo S. João Baptista
2894-001 ALCOCHETE
Tel. 21 234 86 00 . Fax 21 234 86 90
www.cm-alcochete.pt

Almada

Largo Luís de Camões
2800-158 ALMADA
Tel. 21 272 40 00 . Fax 21 272 45 55
www.cm-almada.pt

Amadora

Av. Movimento das Forças Armadas
2700-595 AMADORA
Tel. 21 436 90 00 . Fax 21 492 20 82
www.cm-amadora.pt

Barreiro

Rua Miguel Bombarda
2830-355 BARREIRO
Tel. 21 206 80 00 . Fax 21 206 80 01
www.cm-barreiro.pt

Cascais

Praça 5 de outubro
2754-501 CASCAIS
Tel. 21 482 50 00 . Fax 21 482 50 30
www.cm-cascais.pt

Lisboa

Praça do Município
1100-365 LISBOA
Tel. 21 322 70 00 . Fax 21 322 70 08
www.cm-lisboa.pt

Loures

Praça da Liberdade, 4
2674-501 LOURES
Tel. 21 982 98 00 . Fax 21 982 00 84
www.cm-loures.pt

Mafra

Praça do Município
2644-001 MAFRA
Tel. 261 810 100 . Fax 261 810 130
www.cm-mafra.pt

Moita

Praça da República
2840-422 MOITA
Tel. 21 280 67 00 . Fax 21 280 10 08
www.cm-moita.pt

Montijo

Rua Manuel N. Nunes Almeida
2870-352 MONTIJO
Tel. 21 232 76 00 . Fax 21 232 76 08
www.mun-montijo.pt

Odivelas

Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 ODIVELAS
Tel. 21 932 00 00 . Fax 21 934 43 93
www.cm-odivelas.pt

Oeiras

Largo Marquês de Pombal
2784-501 OEIRAS
Tel. 21 440 83 00 Fax 21 440 87 12
www.cm-oeiras.pt

Palmela

Largo do Município
2954-001 PALMELA
Tel. 21 233 66 00 . Fax 21 233 66 59
www.cm-palmela.pt

Seixal

Alameda dos Bombeiros Voluntários, n.º 45
2844-001 SEIXAL
Tel.: 212 276 700 . Fax: 212 276 701
www.cm-seixal.pt

Sesimbra

Rua da República, 3
2970-741 SESIMBRA
Tel. 21 228 85 00 . Fax 21 228 85 26
www.cm-sesimbra.pt

Setúbal

Praça do Bocage
2900-276 SETÚBAL
Tel. 265 541 500 . Fax 265 541 621
www.mun-setubal.pt

Sintra

Largo Dr. Virgílio Horta
2714-501 SINTRA
Tel. 21 923 85 00 . Fax 21 923 86 57
www.cm-sintra.pt

Vila Franca de Xira

Praça Afonso de Albuquerque, 2
2600-093 V.FRANCA de XIRA
Tel. 263 280 480 . Fax 263 276 002
www.cm-vfxira.pt



REFLEXÃO E RESPONSABILIDADE

Carlos Humberto de Carvalho
Presidente da JML

A poucas semanas do final de mais um mandato autárquico, e a poucos meses do início de um novo período de programação financeira com fundos do quadro comunitário de apoio, é tempo de fazermos uma reflexão séria sobre o ponto em que nos encontramos.

Estamos naquele lugar de decisão em que somos constringidos, tanto pelo passado recente como pelo futuro imediato. Os dez anos da Revista **Metrópoles**, que celebramos neste momento, contam-nos uma história de algumas vitórias e realizações importantes, conquistadas a pulso pelos autarcas da Área Metropolitana de Lisboa, ao serviço das populações que representam - mas também uma narrativa de bastantes incompreensões, expectativas frustradas e promessas não cumpridas.

A própria natureza dos problemas que tivemos de resolver, no exercício das nossas funções, encarregou-se de desenvolver, entre todos, um consenso notável (que a nível da Junta Metropolitana chega a ser uma unanimidade) sobre a necessidade de um órgão metropolitano com competências próprias, meios adequados e legitimidade democrática direta, assente e responsabilizada perante os eleitores.

A proximidade do novo período de programação financeira 2014-2020, em que a Região de Lisboa vai ainda poder usufruir de fundos comunitários de apoio, impõe-nos essa reflexão muito séria sobre os projetos

a que podem ser atribuídos, o efeito multiplicador que desejamos para eles, a capacidade de influência que podemos exercer sobre o seu destino exato. A importância do tema justifica que lhe tenhamos dedicado o Destaque desta edição.

As orientações comunitárias que os condicionam apontam para um desenvolvimento mais inteligente, mais inclusivo e mais sustentável. Não podemos deixar de reconhecer a justeza destes propósitos. Como autarcas ao serviço das populações que nos legitimaram nas funções que temos exercido, eles identificam-se com os nossos desejos. Mas cabe aqui perguntar se foi sempre isto o que nos chegou das instâncias diretivas comunitárias, e até que ponto elas não funcionaram, em alguns casos, como retransmissoras de uma crise financeira começada noutra local e alimentada pela irresponsabilidade especulativa.

A proximidade das eleições autárquicas é um apelo à nossa responsabilidade de cidadãos, seja qual for o nosso lugar no mundo do trabalho ou no mapa administrativo, seja qual for a preferência partidária motivada pela consciência política de cada um.

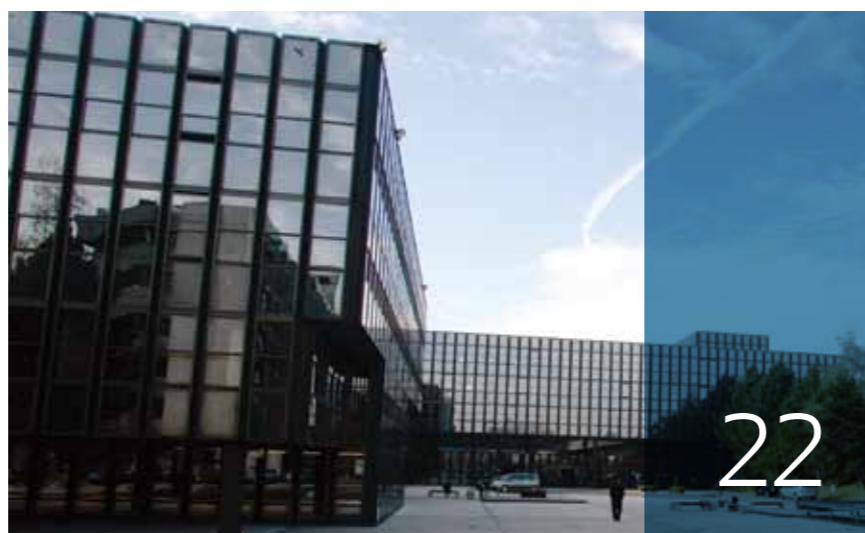
Compete-nos fazer esta reflexão ao mesmo tempo que assumimos esta responsabilidade, norteados pela visão de uma grande Região metropolitana em que Lisboa redescubra, e veja reconhecido, o seu verdadeiro lugar no País, na Europa e no mundo global que todos habitamos.



12



16



22



42



58



62

EDITORIAL	3
BREVES	6
Notícias dos concelhos da AML	
ENTREVISTA	12
Presidente da Câmara Municipal de Sintra	
AML SEMESTRE	16
Revista Metrôpoles comemora 10 anos - retrospectiva	
DESTAQUE	22
Os municípios da AML e a preparação do quadro comunitário 2014/2020	
PME'S INOVAÇÃO	40
NBC Medical - Tudo para exportar	
PATRIMÓNIO	42
Embarcações tradicionais da Área Metropolitana de Lisboa	
FUNDOS COMUNITÁRIOS	50
A sustentabilidade económica da administração autárquica também passa pelas TIC	
IMAGENS METROPOLITANAS	54
Rui Telmo Romão	
CULTURA	58
Aquilino Ribeiro - Vida e obra na região de Lisboa	
AROMAS	62
Os grandes vinhos do termo de Lisboa 2ª parte - Setúbal	
ACONTECEU	66
Conferências: Assembleia - Educação; Transportes e Mobilidade	

JUNTA METROPOLITANA DE LISBOA

Comissão Europeia destaca projeto "Orquestra Geração"



O projeto "Orquestra Geração" surge em destaque no site da Comissão Europeia, na área da Política Regional.

Este projeto, iniciado em 2007, centrado na ação e desenvolvimento social através da música, inspirado no Sistema de Orquestras Infantis e Juveniles de Venezuela, foi implementado na região pela Área Metropolitana de Lisboa e sete dos Municípios que a integram (Amadora, Lisboa, Loures, Oeiras, Sesimbra, Sintra e Vila Franca de Xira), com a supervisão e coordenação pedagógica da Associação de Amigos da Escola de Música do Conservatório Nacional, no âmbito de candidaturas apresentadas ao PORDisboa – QREN. Tem por objetivo o desenvolvimento de orquestras infantis e juvenis em escolas do 1º, 2º e 3º ciclo, contribuindo para um crescimento mais harmonioso das crianças e jovens em situação de maior vulnerabilidade educativa e social. Atualmente conta com 16 orquestras no ativo a nível nacional, envolvendo mais de 800 jovens a frequentar atividades de formação musical.

ALCOCHETE

. Frente Ribeirinha



Iniciaram-se em março as obras de regeneração da Frente Ribeirinha de Alcochete, que abrange a Rua do Norte, o Largo da Misericórdia e a Av. D. Manuel I. Esta intervenção foi objeto de uma candidatura ao abrigo do PORDisboa do QREN, aprovada em 2009, em parceria com um conjunto de entidades. A Regeneração da Frente Ribeirinha representa um custo total de 2.060.512,68 euros, assumido a autarquia um investimento de 1.057.836,99 euros para a execução das intervenções da sua responsabilidade.

. Alto do Castelo

A Câmara Municipal concluiu no passado mês de junho a pavimentação dos arruamentos na Urbanização do Ribeirinho, situada no Alto do Castelo, em Alcochete, incluindo a execução de sinalização horizontal, uma intervenção no valor de 44.596,80 euros. Esta empreitada de obras públicas abrange a Rua dos Freixos, Rua das Olaias, Rua das Tipuanas e Rua do Alto do Castelo, numa área pavimentada de 3.365 m².

. Samouco

A autarquia deu início às obras de remodelação do Largo de São Brás, um espaço público situado junto à Igreja de São Brás em

Samouco, uma adjudicação no valor de 18.234,47 euros. A pavimentação do espaço central com calçada de calcário vai permitir o estacionamento ordenado e a realização de eventos ao ar livre numa área de 138 m². Esta intervenção incluirá posteriormente o alargamento dos passeios na área envolvente.

ALMADA

. Estacionamento nas praias

Entrou em vigor o Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação para a Costa da Caparica – Praias, com o objetivo de promover o correto estacionamento nesta freguesia, nomeadamente na frente urbana de praias. As novas regras procuram melhorar e aumentar a capacidade de estacionamento destinado a residentes e dissuadir o estacionamento de longa duração. A gestão do dispositivo está a cargo da ECALMA - Empresa de Estacionamento e Circulação de Almada, EM.

. Quarteirão das artes



O Quarteirão das Artes, um espaço destinado às indústrias culturais e criativas, nasceu em abril da recuperação e reconversão de antigas oficinas e armazéns do Município na Rua Conde Ferreira, entretanto desativadas, dispõe de 11 espaços individualizados e equipamentos coletivos destinados a apoiar e

incentivar a profissionalização artística, inserindo-se numa estratégia virada para o desenvolvimento de novas atividades económicas no concelho. Este empreendimento da autarquia contou com um investimento municipal na ordem dos 700 mil euros.

. Biblioteca municipal

Abriu ao público a Biblioteca Municipal Maria Lamas, um projeto da autoria do arquiteto João Santa-Rita, localizada no Centro Cívico da Caparica que, juntamente com outros equipamentos municipais veio dotar de uma nova centralidade a freguesia da Caparica. O investimento municipal na nova biblioteca ascende a quase um milhão e 300 mil euros, incluindo a construção do edifício, os fundos documentais e o equipamento.

AMADORA

. Matinha da Venda Nova

O concelho da Amadora vai ficar, em breve, dotado de um novo espaço de lazer e bem-estar, após a intervenção urbanística na Matinha da Venda Nova com o objetivo de corrigir situações decorrentes das obras da CRIL. A obra, adjudicada pela Valorsul à empresa Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, pelo valor de 275.637,01 euros, contempla três grandes intervenções, nomeadamente a correção da via rodoviária, com estacionamentos adjacentes, a implementação de um parque infantil e um circuito de manutenção.

. Segurança Rodoviária

Foi apresentado no dia 7 de maio, o Observatório Municipal de Segurança Rodoviária, que coadjuvará o município na implementação da estratégia mu-

nicipal na área da segurança e prevenção rodoviárias, mediante a elaboração de um Plano Municipal de Segurança Rodoviária. Neste âmbito a Câmara Municipal tem desenvolvido um conjunto de projetos tendentes à redução da sinistralidade nas estradas e à diminuição dos impactos negativos do tráfego no ambiente rodoviário, destacando-se as "operações stop", o "Projeto Patrulheiros" e a Escola Fixa de Trânsito.

. Parque temático



No ano em que se celebra o 50º aniversário da Mônica, personagem incontornável da história da Banda Desenhada, a Câmara Municipal da Amadora vai construir um parque na cidade em homenagem ao seu criador, Maurício de Sousa. O parque com uma área de cerca de 4.000 m², será construído no espaço onde se situa a Fábrica da Cultura, na freguesia da Falagueira, no local onde decorreram várias edições do Festival Internacional de BD. A obra, financiada na totalidade pela Valorsul, custará cerca de 670 mil euros, deverá estar concluída em setembro.

BARREIRO

. Américo Marinho

Está patente ao público até 29 de setembro, no Auditório Municipal Augusto Cabrita, uma

exposição retrospectiva da obra do pintor barreirense Américo Marinho, no âmbito do centenário do nascimento do artista. O trabalho expositivo abrange dezenas de obras entre desenhos e pinturas (a óleo e aguarela) segmentadas pelas áreas: retratos, música, família, Camões e as Tágides. Em 1990, o autor doou 139 desenhos ao Barreiro, materializando a relação afetiva com a terra onde nasceu.

. Campo arqueológico

Abriu ao público o Centro de Interpretação do Campo Arqueológico da Mata da Machada (CICAMM), no âmbito da Rota do Trabalho e da Indústria promovida pela Câmara Municipal do Barreiro. O núcleo expositivo integra um antigo forno cerâmico dos séculos XV-XVI, onde eram produzidas as várias peças de barro, entre as quais as formas de biscoito e as de pão de açúcar. O CICAMM dispõe de um programa de visitas guiadas sujeitas a marcação no Posto de Turismo no Mercado Municipal 1º de Maio.

. Troca de manuais escolares



Até 31 de outubro decorre o projeto "Dar de Volta", na Biblioteca Municipal do Barreiro, pelo terceiro ano consecutivo. Em co-operação com as famílias e as escolas, este projeto visa encorajar e proporcionar aos municípios a reutilização dos manuais

escolares do 1º, 2º e 3º ciclo e secundário a partir de 2009. No ano de 2012 foram doados 4.556 livros a 531 famílias.

CASCAIS

. Empreendedorismo



Mais 22 novas empresas criadas com o apoio da Câmara Municipal de Cascais, através da agência municipal de empreendedorismo DNA Cascais, foram apresentadas recentemente à comunidade local. Representando um investimento privado inicial de 1,6 milhões de euros, as 22 empresas, distribuídas pelas áreas da Saúde, Tecnologias de Informação e Comunicação, Turismo, Eventos, Beleza e Bem-Estar, Comércio, Desporto, Indústria e Ambiente, vão permitir criar mais de 100 novos postos de trabalho no concelho no prazo de três anos.

. Memórias da Linha

Com sabor a crónica de viagens "Memórias da Linha de Cascais", de Maria Archer e Branca Gonta Colaço, é uma obra de referência sobre a história dos concelhos de Cascais e Oeiras. Editada pela primeira vez em 1943, ainda hoje continua a cativar quem a lê pelo que o regresso às livrarias, assegurado formalmente pelas Câmaras Municipais de Cascais e Oeiras

e pela Parceria A. M. Pereira, no passado dia 9 de junho, era há muito aguardado.

. Casa Henrique Sommer

A Câmara Municipal de Cascais apresentou recentemente o projeto de recuperação da Casa Sommer, cujo início esteve atrasado vários anos por diversas vicissitudes. Obtido o visto do Tribunal de Contas, os trabalhos arrancaram dia 22 de julho para durar cerca de 315 dias e permitir criar o Centro de História Local, onde será instalado o Arquivo Histórico Municipal de Cascais. Segundo projeto da autoria da arquiteta Paula Santos, a requalificação deste imóvel de estilo neoclássico representa um investimento municipal global de 1,5 milhões de euros.

LISBOA

. FAB LAB



Está já a funcionar, no Mercado do Forno do Tijolo, o primeiro Fab Lab da cidade de Lisboa, um laboratório de fabricação digital que se destina à prototipagem rápida, fabrico personalizado e experimentação industrial, tendo como matéria-prima principal a cortiça. Além da reabilitação da atividade económica original deste equipamento municipal, a autarquia dotou-o agora com uma nova vocação contando com

a colaboração de empresas e instituições como a Amorim, Ibermoldes, Etic, ESBAL, Ydre-ams e AIP.

. Reabilitação urbana

Realizou-se recentemente o leilão de 27 prédios municipais, no âmbito do programa “Reabilita primeiro, paga depois”. Foram recebidas 68 candidaturas, de empresas e singulares, tendo o total arrecadado pela câmara atingido os 2 milhões, 968 mil e 500 euros, soma que ultrapassa em cerca de 39% o valor base inicialmente definido. Este foi o terceiro leilão realizado no âmbito deste programa, e tal como os anteriores, resultou num enorme êxito.

. Ponte ciclável

O projeto arquitetónico da ponte ciclável e pedonal sobre a 2ª circular, em construção, pode ser visto na exposição *online* patente no *site* da Fundação Galp Energia. O projeto selecionado na sequência do concurso internacional “Pontes para um futuro mais positivo”, lançado em 2009 pela referida fundação em colaboração com a *Experimental Design*, da autoria de Telmo Cruz e Maximina Almeida, prevê-se que esteja concluído em outubro deste ano.

LOURES

. Habitação social

A Câmara Municipal de Loures deu início, no dia 7 de junho, no bairro CAR de Camarate, à construção das casas que irão alojar seis das últimas famílias que residem nas barracas da Quinta da Vitória, freguesia da Portela. Trata-se de habitações modulares de tipologia T0, feitas com

recurso a uma nova tecnologia de construção, desenvolvida por uma empresa portuguesa. A eliminação definitiva do núcleo de barracas da Quinta da Vitória está prevista para os próximos meses com o realojamento das restantes famílias noutras habitações camarárias.

. Bibliotecas escolares



Três novas bibliotecas escolares (EB1/JI da Bobadela, EB1/JI de São Julião do Tojal e EB1 nº 1 de São João da Talha) abriram portas no segundo trimestre deste ano, alargando para 47 o número total de unidades instaladas nas escolas do concelho no âmbito da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE). O valor global direto despendido pela autarquia neste projeto, incluindo os apoios do programa RBE e do Plano Nacional de Leitura, ascende a mais de um milhão de euros.

. Mobilidade nos transportes

O Hospital Beatriz Ângelo em Loures passou a ser servido pela carreira 301 da Rodoviária de Lisboa, que liga a zona comercial de Loures à Estação do Oriente, com a introdução de duas paragens no interior da unidade hospitalar. Esta nova alteração do percurso rodoviário original vai ao encontro da satisfação da qualidade do serviço

prestado aos cerca de sete mil utentes que a empresa transporta mensalmente para aquela unidade hospitalar, oriundos de Moscavide, Sacavém, Apelação, Frielas e Loures.

MAFRA

. Empreendedorismo



Com o objetivo de potenciar o sucesso das boas ideias ao serviço do mundo dos negócios, o Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo, criado em fevereiro de 2013, destina-se, prioritariamente, aos futuros empresários de mini ou microempresas. Para além do aconselhamento empresarial, pretende a autarquia, também, facultar apoio no desenvolvimento ou na requalificação de negócios já existentes. A reserva de atendimento é feita pelo telefone 261810125.

. Novas funcionalidades

A Câmara Municipal de Mafra apresentou recentemente um novo *site* e o Balcão Único Digital. Novos e mais conteúdos, acessibilidade facilitada, imagem moderna e uma nova área “Quero” de interação com os munícipes, são os atributos do renovado sítio da autarquia, que estão associados ao Balcão Único Digital, onde é possível tratar da relação entre a autarquia e os cidadãos sem sair de casa.

. Praias com qualidade

Foz do Lizandro, São Lourenço e Calada, foram as zonas balneares com mais de cinco anos de observação reconhecidas pela Quercus como “praias com qualidade ouro”. A Associação Bandeira Azul da Europa distinguiu, também, com o galardão de qualidade as praias de Porto da Calada, São Lourenço, Ribeira d’Ilhas, Algódio, Ribeira ou dos Pescadores, Baleia ou Sul, Foz do Lizandro-Mar.

MOITA

. Fonte da Prata

Teve início a recuperação do Parque Urbano da Quinta da Fonte da Prata, em Alhos Vedros, incidindo na construção, reparação e limpeza de pavimentos, mobiliário urbano, equipamentos, plantações, rede de rega e rede de iluminação pública em todo o parque, numa área total de 3,2 ha. Após sucessivos incumprimentos dos promotores da urbanização, a Câmara da Moita acionou a garantia bancária e decidiu avançar com a empreitada, avaliada em 680.000 euros e com um prazo de execução de seis meses.

. Reabilitação urbana



A Câmara Municipal da Moita apresentou publicamente na Biblioteca Bento de Jesus Caraça, na Moita, o Programa Municipal

de Reabilitação Urbana Moita 2025. Com este programa, pretende-se enfrentar, de forma sistemática, num horizonte de curto e médio prazo, um conjunto de problemas urbanos já identificados nas áreas centrais dos núcleos urbanos do concelho Alhos-Vedros, Baixa da Banheira, Moita, Gaio-Rosário, Sarilhos Pequenos e Vale da Amoreira, tendo como horizonte o ano de 2025.

. Obras no IC32

O presidente da Câmara, João Lobo, reuniu recentemente com a subconcessionária Auto-Estradas do Baixo Tejo, SA, com o objetivo de conhecer o plano de conservação e investimento no IC32, designadamente no lanço que abrange o concelho da Moita. Esta reunião enquadra-se no conjunto de contactos que a autarquia tem desenvolvido junto da Estradas de Portugal, no sentido de corrigir deficiências na rede rodoviária, bem como perspetivar novas ações que melhorem a mobilidade das populações.

MONTIJO

. Férias ativas 2013

Encontra-se a decorrer, até 31 de agosto, o programa Férias Ativas 2013, dirigido a crianças e jovens entre os 6 e os 18 anos, numa parceria entre a Câmara Municipal do Montijo e o movimento associativo do concelho com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e de formação pessoal, desportiva, educativa e social dos mais jovens. Mais informações podem ser obtidas na Divisão de Cultura, Biblioteca, Juventude e Desporto da autarquia.

. Ruas limpas



Por iniciativa da Câmara Municipal, através da Casa do Ambiente, está a decorrer uma campanha de sensibilização dos munícipes com o objetivo de contribuir para uma cidade mais limpa. No âmbito da campanha, uma equipa constituída por cerca de dez elementos, entre trabalhadores da autarquia e membros da comunidade, formaram a “Brigada Ruas Limpas” que percorre a cidade do Montijo uma vez por mês, em data e zona aleatória.

. Memórias do Montijo

O Museu Municipal do Montijo tem patente a exposição “Montijo: memórias, identidade e futuro”, dedicada à história do concelho e demonstrativa da vivência sociocultural das diversas ocupações na área do município. O percurso expositivo integra os momentos mais marcantes da vida no território, desde a pré-história até ao século XX, relevantes para a preservação da identidade local. A mostra pode ser visitada de segunda a sexta-feira.

ODIVELAS

. Reabilitação urbana

A Câmara Municipal de Odivelas apresentou candidaturas de reabilitação da Quinta Espírito Santo, Quinta das Águas Férreas e Centro Interpretativo das

Águas de Caneças, no âmbito do programa “Reabilitar para Arrendar” para equipamentos de uso público, do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Este programa visa o financiamento sob a forma de empréstimo a 30 anos. O investimento total das intervenções é superior a 1.500.000,00 euros.

. Mais saúde

Estão já de portas abertas as Unidades de Saúde da Ramada e da Póvoa de Santo Adrião, um investimento de mais de seis milhões de euros que vem garantir aos munícipes das duas freguesias melhores condições no acesso à saúde. O edifício da Ramada contempla 17 gabinetes para um total de 15.690 inscritos. Já o de Odivelas A, constituído também por 17 gabinetes, tem 22.858 utentes.

. “Voltas” sobre rodas



O “Voltas”, um transporte urbano coletivo de iniciativa municipal, celebrou o quarto ano de atividade com total aceitação pelos utentes do serviço. Tendo como objetivo facilitar a mobilidade e o acesso a instituições e a serviços públicos localizados no concelho, o “Voltas” tem um preço convidativo - 60 centimos - e funciona de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 20h00, com uma frequência de 20 minutos.

Desde o seu lançamento, em maio de 2009, este transporte público municipal já transportou mais de 720 mil passageiros.

OEIRAS

. Habitação jovem



A Câmara Municipal de Oeiras, no âmbito do plano estratégico “Habitar Oeiras”, celebrou um auto de consignação de empreitada com a empresa adjudicatária, a “Cobeng Construtora, Lda”, para a requalificação do edifício sito na Rua Costa Pinto, nº 196, em Paço de Arcos, dotado com dez fogos e dois espaços comerciais, pelo valor de 692.785,33 euros, sendo o prazo de execução de 540 dias. Trata-se de mais um imóvel adquirido pela autarquia nos centros históricos para a sua recuperação e revitalização.

. Oeiras wi-fi zone

Os Jardins do Palácio do Marquês de Pombal são o primeiro local do concelho onde é possível ligar-se à internet gratuitamente, usufruindo da Oeiras Wi-Fi Zone. Durante o verão o município de Oeiras vai disponibilizar outros *hotspots*, no Porto de Recreio, na praia da Torre e na Fábrica da Pólvora de Barcarena, alargando-se até ao final do ano estas facilidades informáticas a outros locais do concelho.

. Ribeira de Outurela

A autarquia inaugurou uma intervenção no Corredor Verde da Ribeira de Outurela, na freguesia de Carnaxide, que consistiu na requalificação e arranjo paisagístico daquela zona, com uma área total de 5.844 m², a que corresponde um investimento total de cerca de 100 mil euros. Esta intervenção incluiu a criação de 15 hortas comunitárias no local com cerca de 25 m² cada, cuja disponibilização aos utilizadores foi objeto de prévia concertação.

PALMELA

. Rede viária



A Câmara de Palmela tem em curso uma empreitada de sinalização horizontal em estradas municipais, no valor global de 28.423,90 euros, que abrange as cinco freguesias do concelho. Os trabalhos prolongam-se até ao final do ano, e abrangem a marcação e pintura de lugares de estacionamento, a pintura da ciclovia e de passadeiras sobre-elevadas e repintura de bandas cromáticas.

. Vinhos medalhados

À semelhança de 2012, Palmela voltou a ser o município português mais premiado no XII Concurso Internacional de Vinhos “La Selezione del Sindaco”, que

decorreu recentemente em Castelfranco Veneto, Itália. O Município recebeu 11 medalhas (três de Ouro e oito de Prata), num total de 19 prémios para a Península de Setúbal. A Casa Ermelinda Freitas foi a adegas mais premiada, com cinco medalhas, seguida da Adega Cooperativa de Palmela, Sivipa e Venâncio da Costa Lima.

. Mexa-se em Palmela

Durante os meses de julho e Agosto, a Câmara Municipal de Palmela e os parceiros do programa “Mexa-se em Palmela” propõem um conjunto de atividades físicas junto dos municípios para que se sintam bem e em forma. De participação gratuita e sem limite de idades, o programa aposta nas atividades ao ar livre, que dão a conhecer o património natural do concelho e, em particular, a Arrábida.

SEIXAL

. Protocolo desportivo

A Câmara Municipal do Seixal e o Sport Lisboa e Benfica SAD assinaram um protocolo para criar um estádio municipal e ampliar o Centro de Estágio - Caixa Futebol Campus. Com a concretização deste protocolo, o clube lisboeta irá entregar à autarquia, após obras de recuperação, o antigo Estádio do Bravo e as respetivas infraestruturas, enquanto a edilidade do Seixal disponibilizará um terreno com 35.500 m² para a construção de três campos de treino, dois para o clube e um para o município.

. Desmaterialização de processos

Em regime experimental durante os primeiros quatro meses do ano, a desmaterialização de pro-

cessos no município do Seixal dispõe já de novas facilidades que permitem proceder *online*, obrigatoriamente, à submissão dos requerimentos e respetivos elementos instrutórios em formato digital relativo a pedidos de informação prévia e comunicação prévia de obras de edificação; licenciamento de obras de edificação e autorização de utilização.

. Navegar pelo Tejo



Estão abertas as inscrições através dos Serviços Online para os circuitos turísticos “A Navegar pelo Tejo”, um conjunto de visitas guiadas pela baía e núcleo urbano antigo do Seixal. Os passeios são feitos em embarcação tradicional varino “Amoroso” e fragata “Baía do Seixal” - acompanhados por um técnico municipal, e decorrem até outubro ao preço de 7 euros por pessoa, sendo gratuitos para crianças até aos 12 anos.

SESIMBRA

. Ciência viva

Até 15 de setembro, Sesimbra volta a estar no roteiro da Ciência Viva. A iniciativa, em colaboração com a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, vai permitir aos mais pequenos descobrir os mistérios do mundo da ciência em tempo de férias. Conhecer melhor o univer-

so solar, a geologia da Lagoa de Albufeira, a flora da Arrábida ou o Farol do Cabo Espichel são algumas das atividades propostas pelo programa no concelho, cuja frequência é gratuita, bastando a inscrição no *site* da entidade.

. Moagem de Sampaio

Foi inaugurado em abril o Núcleo Museológico da Moagem de Sampaio, um repositório de memórias sobre o património moageiro, constituindo, ao mesmo tempo, um espaço de valorização dos produtos tradicionais locais. O investimento rondou os 160 mil euros, comparticipados em 60% pelo Programa de Desenvolvimento Rural, ao abrigo de uma candidatura apresentada pela Câmara Municipal.

. Estacionamento



A partir de 29 de julho, parte dos estacionamentos na zona central da vila de Sesimbra passaram a ser pagos, com o objetivo de disciplinar a oferta de estacionamento em espaço público. A exploração destes lugares ficará a cargo de uma empresa privada concessionada pela autarquia, que receberá uma percentagem do valor cobrado. Residentes, profissionais e comerciantes em atividade nas zonas abrangidas, deverão solicitar a emissão de cartões, livres de pagamento, no Departamento de Obras Municipais.

SETÚBAL

. Bela Vista



A criação de espaços de lazer para uma ocupação coletiva e multifuncional (iluminação, repavimentação, drenagem de águas pluviais e arborização), que asseguram a fácil circulação entre os blocos de edifícios, é o principal objetivo da reabilitação dos 19 pátios do bairro da Bela Vista, em Setúbal, recentemente inaugurados. O projeto integrado no programa RUBE - Regeneração Urbana da Bela Vista e Zona Envolvente, teve um investimento de 1 milhão e 285 mil euros, comparticipado em 65% através do PORLisboa.

. Nova biblioteca municipal

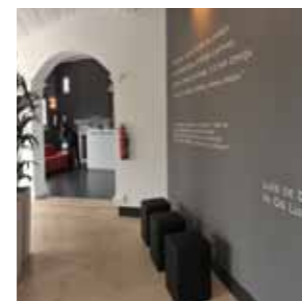
Concebido pelo ateliê “Jordana Tomé, Vítor Quaresma, Filipe Oliveira”, com coordenação do arquiteto Joaquim Duque Duarte, o projeto de conceção das futuras instalações da nova biblioteca pública, foi selecionado entre 127 candidaturas, das quais 28 eram estrangeiras, apresentadas no âmbito do concurso público aberto pela autarquia. A proposta vencedora, premiada com 12 mil euros, representa um investimento limite de 3,2 milhões de euros. As instalações serão edificadas na zona sul do Largo José Afonso, junto da Avenida Luísa Todi e próximo da frente ribeirinha de Setúbal.

. Brejos de Azeitão

A eficácia e a qualidade do abastecimento de água em Brejos de Azeitão é o objetivo principal da reabilitação e ampliação das infraestruturas de distribuição a executar num conjunto de arruamentos daquela área habitacional do concelho. A intervenção municipal, orçada em 54.785,27 euros, abrange uma extensão total de aproximadamente 900 metros.

SINTRA

. Cabo da Roca



Reabriu ao público o Posto de Turismo do Cabo da Roca, alvo de obras de remodelação no âmbito da promoção da marca *Sintra, Capital do Romantismo*. A identidade mítica do local e a grandeza, mistério e simbolismo que o mar tem para os portugueses foram as fontes de inspiração para a autora do projeto, Margarida Bugarim, que conferiu ao espaço uma visão contemporânea, minimalista, funcional, mas ao mesmo tempo acolhedora. Como cartão de visita do Posto de Turismo, foi escolhida a célebre estrofe dos Lusíadas onde Camões evoca o “ponto mais ocidental da Europa”.

. Praia acessível a todos

Está a decorrer até 31 de agosto,

o projeto “Praia Acessível a Todos”, na Praia da Adraga e na Praia das Maças, que possibilita aos cidadãos com mobilidade reduzida a fruição plena da praia, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida. Desde 2002, já usufruíram desta iniciativa municipal desenvolvida em parceria com as Associações de Bombeiros Voluntários de Almoçageme e Colares, cerca de 1048 pessoas.

. Desporto na Agualva

Estão em curso desde maio os trabalhos de requalificação do Complexo Desportivo Municipal de Agualva, visando dotar esta instalação de condições para a prática de diversas modalidades desportivas e disciplinas técnicas do atletismo. O projeto desta obra municipal foi articulada com a Federação Portuguesa de Atletismo e tem um prazo de conclusão estimado de 18 meses.

VILA FRANCA DE XIRA

. Homenagem ao campino

Abriu ao público no Celeiro da Patriarcal a mostra denominada: “O campino, imaginários de uma identidade, representações nas artes visuais portuguesas”. A génese deste projeto baseou-se num olhar transversal sobre as coleções do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, onde a presença do campino, com especial enfoque na área das artes visuais, tem uma profusa e recorrente representação. Distribuída por seis áreas temáticas: o Trabalho, o Descanso, as Festividades, a Religiosidade, o Retrato e o Reconhecimento, a exposição está patente até 13 de outubro.

. Mais saúde



Depois da entrada em funcionamento do novo hospital, em abril, foi a vez do Centro de Saúde de Alhandra abrir as portas à população. O novel equipamento de saúde, com três pisos, foi edificado num terreno com 1000 m² e vai servir um total de 14.671 utentes, implicando, por parte da Câmara Municipal, um investimento orçado em 1.220.000,00 euros. A autarquia protocolou, entretanto, com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o ressarcimento do valor da empreitada.

. Eco-bairro da Póvoa

A Câmara Municipal está a desenvolver um projeto ecológico com o objetivo de tornar a zona central da Póvoa de Santa Iria na primeira eco-comunidade do concelho. A Requalificação do Mercado do Levante, a implantação de hortas urbanas e a nova sede do Clube Académico de Desportos, são os novos projetos que fazem parte do designado “Eco-Bairro” para a freguesia. Estas intervenções, no total de 2.800.000,00 euros, inserem-se na candidatura apresentada pela autarquia ao programa de ação “Póvoa Central, uma Eco Comunidade”, no âmbito do Programa “Polis XXI”, com 65% de participação comunitária.



COMPETÊNCIAS DAS ÁREAS METROPOLITANAS DEVEM SER EXERCIDAS EM EXCLUSIVIDADE

Fernando Seara, presidente da Câmara de Sintra

Fernando Seara, presidente da Câmara de Sintra defende que as Juntas Metropolitanas de Lisboa e Porto passem a arrecadar os impostos locais para evitar mecanismos de sobreposição. “Estes significam custos a duplicar, ou seja, despesa inútil, o que é um desperdício das taxas e impostos a que as pessoas estão sujeitas”, afirma. O autarca defende que só pode haver áreas metropolitanas se houver delegação de competências mútuas dos municípios e da administração central nelas, de maneira que possam ser exercidas de forma exclusiva.

Metrópoles - Este ano decorrem eleições autárquicas. Como vê o futuro do poder local espartilhado como está nas contas do défice público?

Fernando Seara - O poder local é uma realidade no Portugal democrático. Mas tem necessidade de se adaptar em relação aos paradigmas existentes, neste conjunto de 10 mandatos autárquicos decorridos desde as primeiras eleições. E vejo isso com o entusiasmo da racionalidade contemporânea.

Tenho aprendido bastante em relação a este tema porque, nos últimos meses, tenho recebido vários representantes de cidades do extremo oriente, particularmente da China, em Sintra. Vêm estudar os paradigmas do poder local em Portugal.

Quando refiro que sou o segundo município de Portugal e digo qual é a nossa população, os representantes dessas cidades sorriem. Basta pensar que Cantão passou de 1,5 milhões de habitantes há 45 anos para os 13 milhões atuais. São realidades diferentes.

Os constrangimentos são reais. São do Estado, das empresas, das autarquias e das famílias. Mas temos de ter a noção que vivemos um tempo de mudanças e temos experiência suficiente para sabermos que a história é cíclica.

Quem acredita em crescimentos contínuos, nunca estudou nada da história do capitalismo. E quem acredita que não há momentos da história onde a liberdade e a expressão da democracia representativa são mais importantes que certos tipos de populismos, são falsamente democratas e distinguem-se dos verdadeiros democratas.

Metrópoles - Algumas propostas polémicas do governo, como as Leis do Arrendamento Urbano, dos Compromissos Financeiros e do IMI, suscitaram uma posição muito crítica da sua parte. Quer explicar o seu pensamento?

Fernando Seara - Critiquei a Lei do Arrendamento Urbano em razão dos mecanismos que tinha e têm de existir de explicação da lei e de ajuda e apoio a todos aqueles que estão em situação de debilidade. Nós vivemos na sociedade da informática, mas temos de ter consciência que 40% daqueles que são atingidos pela lei do arrendamento são infoexcluídos. E como isso acontece, temos de lhes arranjar mecanismos de apoio. E estes têm de estar previstos no momento em que se faz a lei. Não podem ser formulados depois das suas consequências.

Quando dava aulas, eu ensinava, aos meus alunos, que a política “é prever para prover”. E o que faltou aqui foi prever.

Nós vivemos um tempo em que certo tipo de estruturas do Estado são demasiado jovens para perceberem a realidade. Eu sei que o que

“Temos de ter a noção que vivemos um tempo de mudanças e temos experiência suficiente para sabermos que a história é cíclica”

digo pressupõe algum calculismo e experiência de casos. E o que lhes falta é a experiência de casos, de situações concretas.

Fui crítico em relação à Lei dos Compromissos. Mas é óbvio que me escutaram, pois todos os mecanismos da sua aplicabilidade e sua concretização foram alterados e retificados, e adaptados às circunstâncias das autarquias.

A Lei dos Compromissos é virtuosa ao nível da contabilidade contemporânea. Acabei de receber um relatório, porque fui objeto de inspeção por parte da Inspeção Geral de Finanças no cumprimento da Lei dos Compromissos, e constatei que Sintra está a trabalhar bem e que a nossa metodologia até devia ser objeto de análise por parte de outros municípios. É evidente que fico contente, porque ajudei a retificar aquilo que estava mal.

Há 10 meses que passei a ser dinossauro. Ainda por cima isso foi dito por algumas pessoas que dependem e estão em dedicação exclusiva à política há 15, 18, 30 anos, o que é bom. Isso significa que o termo dinossauro tem, por detrás, uma realidade subjetiva.

No que respeita ao IMI, escutei que iria haver um aumento substancial da receita. Na minha simplicidade e ignorância, disse, em reuniões da Junta Metropolitana de Lisboa e da Associação Nacional de Municípios que, em alguns municípios, isso não iria acontecer. E salientei que um deles era Sintra.

Na altura fui muito questionado, mesmo por altas figuras do Estado. Mas acabei de constatar que aquilo que o simplório presidente da Câmara de Sintra tinha afirmado há seis meses é verdade.

Metrópoles - No quadro da Reforma da Administração Local, algumas freguesias de Sintra vão ser extintas ou fundidas com outras. O Tribunal Constitucional declarou, entretanto, a inconstitucionalidade da criação das Comunidades Intermunicipais. Acha que a filosofia deste diploma contempla uma verdadeira reforma administrativa do território?



Fernando Seara - O Tribunal Constitucional pronunciou-se, e bem, pela inconstitucionalidade, desde logo porque os constitucionalistas eméritos e outros bem simples, onde estou incluído, consideraram que a lei tinha normas inconstitucionais. Acompanhei, desde o princípio, a sua formulação, e disse-o.

Com isto e perante as dúvidas que o Presidente da República suscitou, apoiadas pelo Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho, aquilo que o governo tem de fazer é uma alteração em conformidade com a Constituição e a enumeração concreta da norma respeitante às autarquias locais para constituição dessas atividades.

E tem de o fazer com rapidez, para não suscitar outro problema, de desigualdade administrativa. Porquê? Porque na ordem administrativa local portuguesa temos duas realidades diferentes. Temos uma lei específica para o município de Lisboa, que consagra um conjunto de atribuições, competências, às suas freguesias, o que não acontece com nenhum dos outros concelhos de Portugal.

Ou seja, temos uma lei que foi declarada inconstitucional em três das suas normas e o governo entendeu, e bem, revê-las. Mas, ao mesmo tempo, temos, na ordem jurídica vigente, uma lei específica para Lisboa, com competências para as suas novas freguesias, às quais já foram atribuídas verbas para 2014 sem ter sido aprovado, por parte do Município de Lisboa, o orçamento para o mesmo ano. Temos, assim, uma “trapalhada” jurídica na administração local.

“Nós vivemos na sociedade da informática, mas temos de ter consciência que 40% daqueles que são atingidos pela lei do arrendamento são infoexcluídos”

É isso que falta concretizar rapidamente, seja antes das eleições autárquicas, seja até ao final do ano, para que não haja, a partir de dia 1 de janeiro de 2014, duas realidades na administração local portuguesa. Um conjunto de autarquias do município de Lisboa com um conjunto de competências, inclusive responsabilidades financeiras, enquanto as restantes freguesias, objeto, ou não, de agregação, estão sob as leis em vigor desde 1999.

Metrópoles - Fala-se muito na possibilidade das infraestruturas aeroportuárias do concelho poderem acolher um aeroporto complementar ao de Lisboa. Há alguma novidade sobre o assunto? Não há nenhuma novidade.

Fernando Seara - Sintra tem-se afirmado como um espaço que integra, essencialmente, natureza, história, cultura e turismo. São estes os nichos temáticos da sua identidade própria?

Sintra concelho é feita de múltiplas Sintras. A Sintra histórico-cultural, património da humanidade, com crescimentos ao nível do número de visitantes e, de turistas, de dois dígitos nos últimos cinco anos, o que é significativo. Depois temos a Sintra urbana, com algumas das freguesias com maior densidade populacional de Portugal, como a agora União das Freguesias Monte Abraão/Massamá, que está a par da Amadora. Depois temos a Sintra Saloia, cada vez mais a transformar-se na zona abastecedora de produtos hortícolas e frutas de alguma parte de Lisboa, onde houve uma redescoberta da agricultura antes de alguns falarem sobre agricultura. E temos também a Sintra industrial, com os mármorees hoje em dificuldade devido à concorrência internacional e a Sintra das plataformas logísticas, onde se incluem as das farmacêuticas.

O concelho é uma mescla de múltiplas Sintras. Mas temos tido resultados notáveis com a Sintra património da humanidade, em articulação com a empresa Parques Sintra Monte da Lua. Já fizemos as reabilitações do Chalé da Condessa e do Palácio de Monserrate. Quando cheguei a Sintra, este era uma peça da pré-história. Hoje, é uma da história verdadeira.

Tudo isto quer salientar que o património histórico e cultural tem sido uma riqueza para Sintra. Dou, como exemplo que, quando cá chegámos, a Quinta da Regaleira tinha 30 mil visitantes. Em 2012 teve cerca de 300 mil.

Mas temos a obrigação, hoje em dia, de não massificar o turismo para que os nossos bisnetos e os bisnetos destes continuem a usufruir do Castelo dos Mouros, do Palácio da Pena, de Monserrate, do poço iniciático da Regaleira.

Metrópoles - Com vê o futuro das Áreas Metropolitanas, numa altura em que parece não haver grande entusiasmo político pela sua legitimação pelo voto direto?

Fernando Seara - O problema das áreas metropolitanas, a par da legitimidade direta, é a definição e atribuição concreta e exclusiva de competências. Se criamos uma entidade jurídica e administrativa e não lhe atribuímos competências, ela não tem meios, formas e estímulos. Se criarmos uma empresa e não lhe dermos nada, esta é apenas uma atividade lúdica para o seu criador.

Em alguns casos, as Juntas Metropolitanas tiveram alguma atividade, porque foram meios de gestão de fundos comunitários. Mas, hoje em dia, só pode haver áreas metropolitanas se houver delegação de competências mútuas dos municípios e da administração central nelas, de maneira que possam ser exercidas de forma exclusiva.

A grande questão é saber se essas competências e atribuições resultarão por via da lei ou através de contratualização assumida.

Uma das atribuições que defendo, a nível experimental a Lisboa e Porto, por exemplo, é ao nível da arrecadação dos chamados im-



postos locais. Nós, em Portugal, temos soberania fiscal local, o que significa que temos a receita do IMI, do IMT como receitas exclusivamente municipais, mesmo que ande, para aí, agora, a proposta de eliminação do IMT na Lei das Finanças Locais.

Independentemente de tudo, uma parte da receita, de 2,5% do IMI, fica retida na administração central para pagamento das despesas inerentes à cobrança deste imposto. Foi, no caso de Sintra, nos últimos anos, de 9 milhões de euros, o que significa que a autarquia deve pagar, por ano, a totalidade das despesas de funcionamento do conjunto dos funcionários das repartições de finanças de Sintra, Odivelas, Cascais, Oeiras e Amadora. Já não falo em Lisboa, para não perturbar nenhuma lógica existencial.

Ou seja, temos de pensar na distribuição concreta de atribuições, para não haver mecanismos de sobreposição. Estes significam custos a duplicar, ou seja, despesa inútil, que é um desperdício das taxas e impostos a que as pessoas estão sujeitas.

É evidente, para quem quiser ver e perceber, que há outros impostos que podem ser reduzidos, através da diminuição de encargos para os cidadãos, mesmo em relação a rendas de empresas monopolistas ou oligopolistas.

Hoje em dia, estas são as mais importantes, porque usam, para quem o quiser ver, lógicas de cartelização de preços em termos de taxas de prestação de serviços essenciais à sociedade. É evidente que são empresas, mas se funcionarem em cartel, os preços que praticam atingem os cidadãos e as outras empresas.

É essa a questão fundamental dos próximos tempos. Se o Estado não tem capacidade de diminuir os encargos sobre as famílias e as empresas, quem é que tem? Ao nível da sua soberania fiscal, só podem ser as autarquias. Mas para fazer o quê? Para criar condições de diminuição dos encargos administrativos e, assim, libertar verbas para os cidadãos e empresas, que passarão a pagar menos taxas e impostos. Quem quiser pensar isso pensa na reforma do Estado. Quem não quiser...

“Temos de pensar na distribuição concreta de atribuições, para não haver mecanismos de sobreposição, que significam custos a duplicar, ou seja despesa inútil, que apenas é desperdício das taxas e impostos a que as pessoas estão sujeitas”

10 ANOS DE REVISTA METRÓPOLES

A Revista **Metrópoles**, órgão de comunicação institucional da Área Metropolitana de Lisboa, veio a público no primeiro trimestre de 2003, sendo sua Diretora Maria da Luz Rosinha, Presidente da Câmara de Vila Franca de Xira (e também da JML), e Diretora Executiva Dalila Araújo, então Secretária Geral da AML, a quem se deve o essencial do esforço de planeamento e realização deste projeto.

Os dez anos da sua existência documentam um período decisivo no desenvolvimento do Poder Local Democrático, com os debates em torno das diversas escolhas que foram sendo assumidas. Representando os Municípios da AML, foram eles o nosso principal objeto de atenção, mas sempre com o cuidado explícito de ouvir todas as vozes políticas presentes no espaço das respetivas estruturas democráticas.

Isto torna a coleção da **Metrópoles**, que vai na sua 35ª edição (a partir de 2010 houve necessidade de reduzir a frequência trimestral para apenas duas edições por ano), uma espécie de arquivo documental do que sucedeu na AML - e, até certo ponto, no País, em termos do regime instituído para os diversos níveis de governo no seu território.

A edição do terceiro trimestre de 2003 dedica a sua maior atenção ao novo regime legal das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, Comunidades Urbanas e Intermunicipais, definido em maio pelas leis 10/2003 e 11/2003. O editorial, a entrevista de Ana Teresa Vicente, Presidente da Câmara de Palmela (e Vice-Presidente da JML), e textos de outras personalidades ouvidas no Destaque (como António Fonseca Ferreira, Presidente da CCDR-LVT), desenvolvem a crítica às ambiguidades do modelo aprovado. A defesa do mesmo é feita pelo então Secretário de Estado da Administração Local, Miguel Relvas.

Na terceira edição de 2005, o Destaque fez um sumário histórico de toda esta matéria - os "equivocos do debate" e as "questões de fundo", a nossa tradição centralista, o que dela disseram Almeida Garrett e Alexandre Herculano, as promessas da Constituição de 1976, as discussões sobre o Poder Local e a regionalização, a contradição entre o que se promete na oposição e o que se faz quando se chega ao Governo.

Após as eleições autárquicas de outubro de 2005, em que a coligação CDU ganhou a maioria das presidências de Câmara, trocando de lugar com o Partido Socialista, é eleito Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa Carlos Humberto de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal do Barreiro.

A primeira edição da **Metrópoles** em 2006 retoma este debate com uma entrevista de início de mandato em que o novo Presidente da JML (por inerência o novo Diretor desta publicação) relata que, em reunião havida com a Junta, o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Nascimento Cabrita, admitira a possibilidade de, nas autárquicas de 2009, haver já eleição direta dos órgãos dirigentes da AML. A surpresa chega em abril de 2007, quando o mesmo Governo (o XVII Constitucional, de José Sócrates) apresenta dois projetos de lei para o regime jurídico das Áreas Metropolitanas e das Associações de Municípios, ao arrepio do que era previsto e, de certo modo, parecia já assente.

A **Metrópoles** reúne textos fundamentais para o esclarecimento deste debate, publicando, na edição do segundo trimestre, além do editorial e de uma entrevista com o seu Diretor, outra com o Vice-Presidente da JML Carlos Teixeira, dois textos de reflexão histórica e política de Dalila Araújo e uma entrevista com o Secretário de Estado Eduardo Cabrita -

que defende o Programa do Governo e a ideia de que o reforço de legitimidade "não significa eleição direta da Junta ou da Assembleia", que seria "matar a Regionalização".

Apesar da "recusa unânime e liminar" expressa pela JML, as leis 45 e 46/2008 passaram, sendo promulgadas pelo Presidente Cavaco Silva. A **Metrópoles** do primeiro semestre de 2011 recorda os vinte anos das Áreas Metropolitanas com mais um Destaque onde recolhe o depoimento de onze personalidades diretamente envolvidas neste processo, de diversas orientações políticas, incluindo alguns dos protagonistas mais "antigos", como José Manuel Nunes Liberato (Secretário de Estado em 1991), Daniel Branco (Presidente da JML de 1992 a 1998) e Hélder Nobre Madeira (Presidente da Assembleia Metropolitana de Lisboa de 1992 a 1993).

Entretanto, no início de 2008 Dalila Araújo fora chamada para o cargo de Governadora Civil de Lisboa, tomando posse a 8 de fevereiro; deixou assim as funções de Secretária Geral da AML e Diretora Executiva da **Metrópoles**, que foram assumidas por Sofia Cid.

As eleições autárquicas de 2009 mantiveram o mapa político da AML sem mudanças em termos de Presidências de Câmaras, contando que António Costa já substituíra Carmona Rodrigues, na cidade de Lisboa, nas intercalares de julho de 2007. Manteve-se também a mesma direção da JML, com Carlos Humberto de Carvalho e os Vice-Presidentes Carlos Teixeira e Ministro dos Santos.

Para além das grandes questões institucionais, a **Metrópoles** é um acervo de reportagem sobre uma diversidade de temas, tendo dedicado várias edições à arquitetura urbana e ordenamento do território (duas em 2007, outra no final de 2008). Fez o mesmo quanto às questões próprias das cidades portuárias e respetivas zonas ribeirinhas, nomeadamente as de mobilidade e transportes; a instituição da Autoridade Metropolitana de Transportes foi tratada várias vezes, bem como a das quatro grandes infraestruturas anunciadas para a AML em 2008 - o novo aeroporto em Alcochete, a nova ponte Chelas-Barreiro, a rede de alta velocidade e a plataforma logística do Poceirão, de que a nossa edição nº 22 faz relato desenvolvido.

A utilização dos fundos comunitários é tema especial em várias edições, nomeadamente do primeiro trimestre de 2005, sobre o Fórum "Lisboa 2015 - Inovação, Conhecimento e Competitividade", organizado pela CCDR-LVT. A edição do segundo trimestre de 2009 trata do QREN destinado ao período 2007-2013, fazendo um levantamento dos projetos apresentados pelas Câmaras da AML incluindo o apoio destes fundos. As questões da imigração, com reportagem sobre exemplos de acolhimento e integração proporcionados por estruturas de diversas Câmaras, foram objeto de reportagem na segunda edição do mesmo ano de 2005.

A **Metrópoles** manteve sempre, desde o início, secções especiais, realizadas pela sua redação ou assinadas por colaboradores regulares, sobre história e património dos vários Municípios da AML, figuras da Cultura que marcaram o seu espaço, produtos da sua gastronomia e vinicultura, noticiário de realizações populares tradicionais. Perdemos, em abril de 2011, um dos mais notáveis desses colaboradores - David Lopes Ramos, que assinava a crónica de gastronomia.

A Revista **Metrópoles** pode ser consultada online em www.aml.pt

O Governo e a Assembleia da República deviam ter a coragem política de ouvir os eleitos autárquicos

Carlos Humberto de Carvalho

Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa



Metrópoles - Os dez anos da "Metrópoles" contam uma história de expectativas e de desilusão no que se refere ao regime legal das Áreas Metropolitanas. O que é que correu mal?

Carlos Humberto de Carvalho - Eu acho que os Presidentes dos nossos dezoito Municípios têm vindo, ao longo destes sucessivos mandatos da Área Metropolitana, a fazer um esforço significativo para articularem a sua posição de eleitos autárquicos locais com a sua posição de carácter regional. É extraordinariamente difícil, eu diria quase impossível, que cada um de nós deixe de ser aquilo para que foi eleito, ou seja, Presidente de Câmara de um concelho em concreto, para ser membro de uma entidade quase regional. É praticamente impossível. Nenhum de nós tem essa capacidade de esquecer um posicionamento institucional para assumir outro. Estamos ali na dupla condição de Presidentes de uma Câmara e de membros de um órgão com funções de carácter supramunicipal, de um órgão que tem funções quase regionais.

Esta é uma primeira dificuldade. E é unânime, entre os dezoito Presidentes de Câmara, que devíamos caminhar para um órgão que tivesse competências e meios de carácter regional e que fosse eleito diretamente pela população. Esta posição não é só consensual, eu diria que é unânime entre os dezoito Presidentes de Câmara.

Acho que o mal foi não termos conseguido que o Governo percebesse que o caminho atual não resulta, não ajuda a resolver os grandes problemas de carácter metropolitano e que a solução passa por assumir a Área Metropolitana de Lisboa com funções, com meios e com eleição direta. Este é, sem dúvida, o caminho certo.

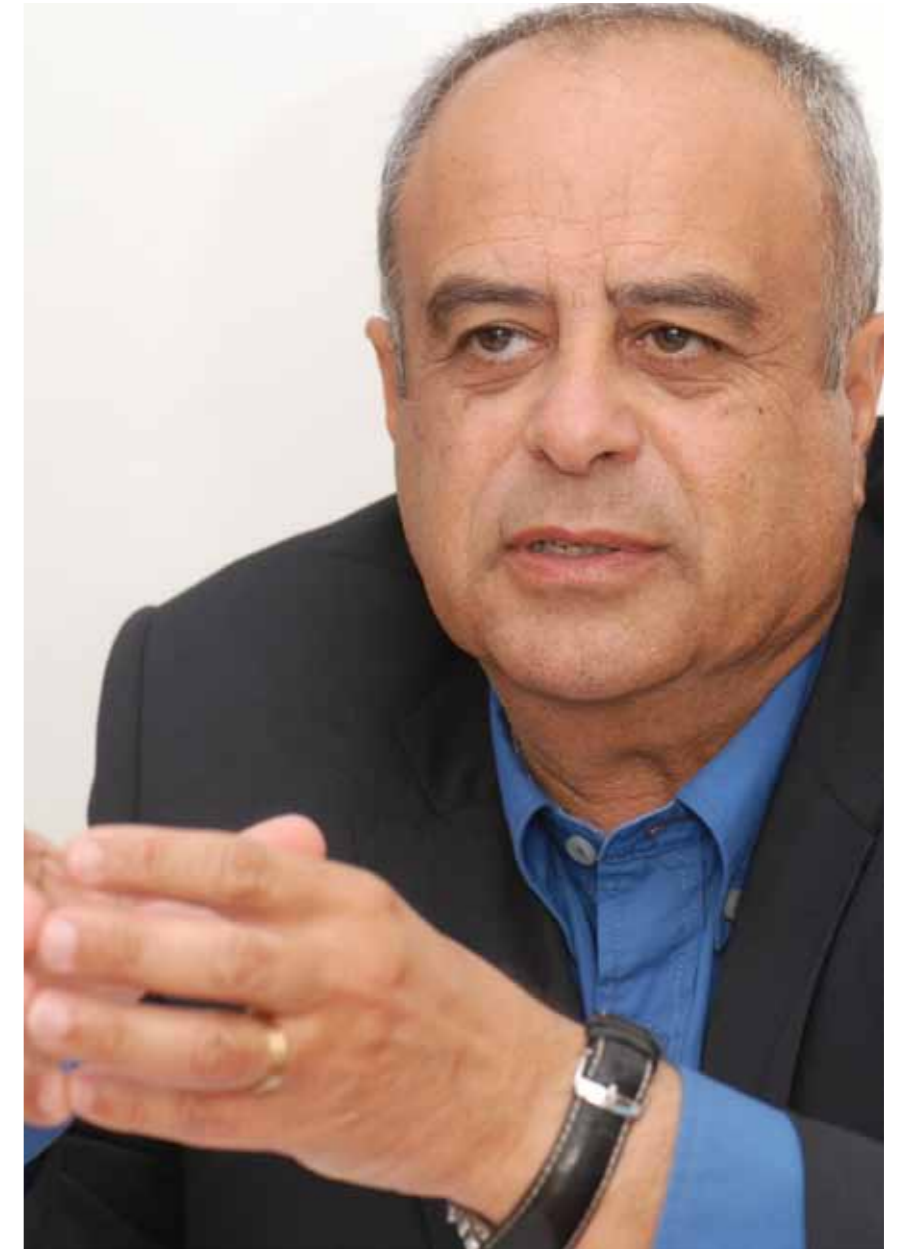
E mais: não o tínhamos previsto, a entrevista não se faz por isso, mas por estes dias o Tribunal Constitucional, perante a solução que o Governo aprovou e que a Assembleia da República maioritariamente votou (com a oposição de toda a oposição), acabou por considerar inconstitucional essa solução que estava a ser proposta.

E de fato tem razão: para uma situação como aquela que nós vivemos, é indispensável, do meu ponto de vista, a eleição direta.

Portanto, o que é que falhou? Eu diria que, no fundamental, e apesar do esforço feito pelos serviços, pelos eleitos autárquicos, independentemente dos passos que foram dados e dos avanços que se fizeram, esta é uma situação impossível de resolver enquanto não se constituir um órgão com carácter metropolitano, com capacidade de intervir e de refletir a região.

Metrópoles - Mas não estava previsto, e até mesmo prometido pelo Governo da altura, desde 2006, que se iria caminhar nesse sentido, portanto de uma representatividade democrática direta dos órgãos dirigentes da AML?

Carlos Humberto de Carvalho - Independentemente da sua coloração política - e temos tido, nos últimos anos, governos do PS e governos do PSD, tendo ou não o CDS, mas em que a força maioritária é o PS ou é o PSD - em vários momentos têm eles próprios tido avanços e recuos. Se o ministro é



um, se o secretário de Estado é outro, têm umas opiniões, têm umas ideias, mas depois, quando se chega à concretização, por esta razão ou aquela, falta-lhes coragem política, ou condições para concretizar. Promessas temos tido muitas. Até é interessante, porque os eleitos do Partido Socialista, ou os eleitos do PSD (os Presidentes de Câmara, pelo menos), todos defendem esta solução...

Metrópoles - Mesmo do PSD?

Carlos Humberto de Carvalho - Mesmo do PSD. E na Assembleia Metropolitana, já não direi que há unanimidade, mas pelo menos há consenso das forças representadas, sobre esta solução.

Mas depois, os membros dos partidos que, na Junta ou na Assembleia Metropolitana, defendem esta solução, quando estão no



Governo não a concretizam. E eu não percebi ainda porquê. De qualquer forma: sim, tem sido prometido, tem havido avanços e recuos, tem havido soluções gizadas que vão mais próximas destas, que acabam por não se concretizar. Mas eu mantenho-me naquilo que é o consenso e a unanimidade da Junta Metropolitana: nós precisamos de um órgão metropolitano com competências, com meios e com eleição direta.

Metrópoles - As novas infraestruturas de transportes aprovadas para a AML a partir de 2008, como o Aeroporto em Alcochete e a ponte Chelas-Barreiro, o TGV [com o desenho que na altura existia], tudo isto para apoiar as plataformas logísticas, todas estas coisas parece que foram travadas. Isto era inevitável? Estes grandes projetos eram de fato irrealistas?

Carlos Humberto de Carvalho - Temos que analisar o seguinte: os projetos, de per si, têm o valor que têm; mas os projetos suportam uma estratégia. E a questão que se tem de ponderar é: qual é a estratégia para a Área Metropolitana de Lisboa? E se estes projetos sustentam, ajudam ao desenvolvimento dessa estratégia.

E eu responderia: sim. Porque a estratégia que temos para a Área Metropolitana de Lisboa corresponde à visão de uma grande região metropolitana, uma cidade-região, a cidade das duas margens ou, dito de outra maneira, a cidade das cidades, uma cidade polinucleada.

Isto é indispensável para a região, em que o Tejo seja entendido como a grande praça, o grande ponto de encontro da região, mas é também importante e indispensável para o País.

O País precisa que Lisboa-região assuma o papel de desenvolvimento de que necessita, de máquina que puxa, que vai à frente, que dinamiza, e que se posicione, conjuntamente com outras cidades europeias, do ponto de vista do desenvolvimento cultural, científico, tecnológico, económico, ambiental e outros. Isto é fundamental para o País. Mas para que isso aconteça nós precisamos de grandes infraestruturas de mobilidade, de transportes, que ajudem a consolidar esta visão de cidade-região e que ajudem a ligá-la ao resto da Europa. E se associarmos esta ideia de cidade-região a uma outra ideia, defendida pelo Governo, que é a de Portugal porta atlântica da Europa, ainda mais se consolida este argumento de que precisamos de ter ligações rápidas, eficazes, à Europa.

Portanto, essas infraestruturas não são apenas necessárias, são indispensáveis para concretizar esta estratégia.

Se se abandonar a estratégia, então discuta-se se são necessárias ou não. Agora, eu penso que elas são indispensáveis para a concretização da estratégia, e são importantes para a dinamização da atividade económica, porque precisamos de investir, de criar riqueza, de ter novos postos de trabalho e de criar desenvolvimento.

Não só a ocupação que estas infraestrutu-

ras trazem na fase de construção, mas depois, também, o que elas potencializam no desenvolvimento económico, estas duas razões levam-me a dizer que são indispensáveis e que a vida vai provar que elas têm que se fazer. De uma maneira ou de outra, acabarão por ter de ser concretizadas.

Metrópoles - Quer dizer que não era inevitável a sua travagem, nem eram irrealistas. Qual foi então, nessa travagem, o peso relativo das causas políticas internas e o das causas financeiras externas?

Carlos Humberto de Carvalho - Eu acho que algumas das medidas que estão a ser tomadas não foram suficientemente ponderadas. E acho também, infelizmente, que o percurso e os resultados das medidas tomadas comprovam como é justa a afirmação que eu fiz.

Tomaram-se medidas para o equilíbrio das contas públicas, mas elas continuam desequilibradas; e há problemas novos, aprofundaram-se até problemas já existentes, que têm agora uma dimensão maior - o caso do desemprego, da pobreza, dos problemas sociais, a redução da atividade económica, etc. Se o próprio equilíbrio das contas públicas não foi alcançado, se os objetivos não estão a ser alcançados e as metas, pelo contrário, estão a ser revistas permanentemente, isto prova que não foram ajustadas as medidas que se tomaram. Portanto, estou convencido, apesar da justificação ser económica, que ela não foi apenas económica. Deste ponto de vista, parece-me que se pode dizer que este conjunto de medidas que travaram tudo, que reduziram tudo, cortaram quase tudo, não deram resultados; e do ponto de vista político, também não me parece quais são os objetivos que se querem alcançar. Então não sou capaz de dizer se foi um peso mais económico se político, eu diria que foram opções erradas. Erradas e mal ponderadas.

Metrópoles - Qual é o balanço possível e quais são os caminhos aconselháveis no futuro próximo, para sairmos desta situação?

Carlos Humberto de Carvalho - Eu penso que o Governo e a Assembleia da República deviam ter a coragem política de ouvir os eleitos autárquicos. E deviam ter a coragem política de assumir a necessidade da criação da Área Metropolitana de Lisboa com os tais poderes e competências, com os meios e com a eleição direta. Estou mesmo convicto de que essa era uma boa solução, e que era um princípio de inversão deste caminho, era um princípio de potencializar a Grande Região Metropolitana de Lisboa, como disse, que pode ter um papel importante no desenvolvimento do País.

Portanto, do meu ponto de vista, este é que é o caminho.

Quanto ao balanço, nós temos sempre - e particularmente em momentos tão difíceis como aquele que nós vivemos - de ser realistas, de não deixar de fazer um correto diagnóstico. Mas, paralelamente a isto, é preciso potencializarmos aquilo que temos de bom, aquilo que foi positivo, e até puxarmos por isso: dar força, dar garra, dar ânimo, permitir o sonho, se quisermos, até nesta perspetiva, mas não só nessa.

Falando pelo menos destes quase oito anos em que assumi a Presidência da Junta Metropolitana, eu diria que, com todos estes condicionalismos, assumindo que ficámos muito aquém daquilo que o povo da região precisa e que a própria região precisa, eu não desvalorizo os passos que apesar de tudo se deram.

Foram passos que contam pouco, e isso reconheço, na vida das pessoas, na vida dos cidadãos. Mas apesar de tudo, o que se fez ao nível da reflexão, da articulação de posições, do consenso muito alargado e das unanimidades muito frequentes - quase permanente, diria, que se conseguiu na Junta Metropolitana - sobre grandes projetos regionais, sobre as grandes soluções que é preciso construir, eu diria que isso é um passo positivo.

Além de um conjunto de reflexões e trabalho em comum, de ações em conjunto que a própria Junta Metropolitana foi fomentando e que os Municípios foram efetivando. A Central de Compras Eletrónicas, por exemplo, tudo o que diz respeito à formação dos técnicos das autarquias, os passos que


demos ao nível da mobilidade, o trabalho conjunto que temos ao nível da Educação, os novos esforços que fizemos para irmos articulando posições sobre as questões do Ordenamento do Território, e irmo-nos aproximando daquilo que é a visão de desenvolvimento que queremos para a região. Portanto, apesar de tudo, eu diria que demos passos significativos, muito interessantes, muito positivos.

Também fomos afetados pela crise, pelos cortes financeiros que o País foi obrigado a fazer e que nos obrigaram a nós, Áreas

Metropolitanas e Municípios, a ter que fazer igualmente. Este é um aspeto muito negativo que a todos nos afetou.

Mas, repito, é preciso dar o salto. A ficarmos por aqui, eu não diria que não continuaríamos a evoluir no sentido positivo, mas não daremos o salto no sentido de fazermos aquilo que é indispensável fazer - que é sermos uma mais-valia para os cidadãos, para a população, sermos uma mais-valia para as pessoas que habitam, ou que frequentam com regularidade a própria região metropolitana, a Área Metropolitana de Lisboa.





Investir os fundos do próximo quadro comunitário de apoio num crescimento inteligente, sustentável e inclusivo

A política de coesão 2014-2020 tem vindo a ser pensada e planeada, nas instâncias comunitárias, à luz da necessidade de recuperar da recessão económica. Procedem deste objetivo as primeiras referências a uma “trilogia” que se tornou agora frequente no discurso e em todos os textos orientadores, apontando para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

No documento “União da Inovação”, publicado em outubro de 2010, estas ideias são desdobradas numa expressão mais elaborada, que fala de estratégias de investigação e inovação para a especialização inteligente. A proposta da Comissão Europeia é que os investimentos nas áreas da investigação e da inovação sejam verdadeiramente eficazes e

que o apoio a estes investimentos será condição prévia para ter acesso ao FEDER, no período 2014-2020.

Nesta linha de pensamento, foram aprovadas, em 23 de novembro do ano passado, duas Resoluções da Assembleia da República, com orientações a serem seguidas por Portugal nas reuniões do Conselho Europeu, nesta negociação do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 (QFP). O artigo 5º da segunda destas resoluções, 145/2012, recomenda textualmente que o processo negocial, assumindo como prioridades a recuperação económica do País e a transformação estrutural da economia, tenha em consideração os seguintes princípios orientadores:

“ a) – Crescimento inteligente, baseado no

conhecimento e na inovação;

b) – Crescimento sustentável com uma economia mais eficiente, mais ecológica e mais competitiva;

c) – Crescimento inclusivo, contribuindo para uma economia com níveis mais elevados de emprego e coesão social. As políticas europeias devem contribuir para a criação de emprego, designadamente no combate ao desemprego jovem.”

São estes, precisamente, os três primeiros pontos de uma lista de dezasseis - onde por exemplo, entre outras coisas, se recomenda “evitar reduções excessivas de verbas para as regiões ultraperiféricas, que devem ser entendidas como territórios com desafios estruturais permanentes e, por esta razão,

possuem um estatuto especial consagrado no Tratado. O QFP deve refletir estas disposições.”

A nível da Área Metropolitana de Lisboa, estas matérias já tinham sido examinadas, em 18 de outubro, numa reunião da JML que teve a presença do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), Prof. Doutor Eduardo Brito Henriques, que fez o ponto de situação sobre o que se encontrava já consensualizado no Conselho da União Europeia, e prestou outras informações muito úteis sobre o processo previsto.

No final de fevereiro deste ano, a CCDR-LVT promoveu uma sessão pública intitulada “Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020”, na qual o Presidente da JML, Carlos

Humberto de Carvalho, participou com uma intervenção sobre “Capacitação Regional da Área Metropolitana de Lisboa”.

No seguimento de uma decisão tomada também em fevereiro, pela JML, no sentido da constituição de um grupo político e técnico, coordenado pelo seu Presidente, com o apoio da secretária-geral da AML e dos serviços, foi contratada uma equipa técnica para ajudar a JML na definição da estratégia para o próximo quadro comunitário de apoio. A escolha recaiu sobre a Sociedade de Consultores Augusto Mateus e Associados, com a qual a JML celebrou, em 18 de abril, um contrato de prestação de serviços para elaboração de um Programa Territorial Integrado para a Área Metropolitana de Lisboa [2014-2020].

Por estes motivos, o espaço do Destaque temático da presente edição da Metrôpoles é valorizado, precisamente, por entrevistas desenvolvidas com estas duas personalidades, Prof. Doutor Eduardo Brito Henriques e Prof. Doutor Augusto Mateus, cuja pronta disponibilidade muito agradecemos.

A nível das instâncias comunitárias, a Metrôpoles obteve uma entrevista com Johannes Hahn, o Comissário Europeu para a Política Regional, cuja disponibilidade e colaboração igualmente agradecemos.

Os três textos referidos constituem um acervo de documentação e informação atualizada e muito útil sobre o que é possível saber da preparação do próximo quadro comunitário de apoio e das suas implicações na Área Metropolitana de Lisboa.

Concentração no emprego e crescimento

O Comissário Europeu da Política Regional, Johannes Hahn, disse, à Metrôpoles que, no futuro, os fundos serão concentrados de forma mais rigorosa na criação de emprego e no crescimento. E que a sua concessão dependerá de objetivos pré-acordados e indicadores que permitam, ao público, verificar e avaliar o que está a ser feito com o seu dinheiro.



Metrôpoles - Em termos de política regional, qual é a estratégia europeia para os próximos anos? Quais são os seus principais objetivos?

Johannes Hahn - A nossa política destina-se a impulsionar a economia e estimular o crescimento. Nos últimos três anos mudámos, com sucesso, a orientação da Política de Coesão, que estava direcionada para as infraestruturas, para uma política de investimento que estimule a economia como um todo.

Estamos na fase final de negociação das reformas que irão completar a modernização da nossa política.

A nova Política Regional da União Europeia destina-se a incentivar a oferta e a procura no mercado de trabalho. Combinará o foco nas prioridades para o crescimento com a ênfase nos resultados e, fundamentalmente, sublinhará a ideia da qualidade dos gastos.

Metrôpoles - Quais serão as áreas privilegiadas no próximo quadro comunitário?

Johannes Hahn - Os fundos serão concentrados de forma mais rigorosa nas prioridades estratégicas para impulsionar o emprego e o crescimento e as novas medidas irão assegurar que os nossos esforços estarão mais orientados para os resultados. Inclui-

ção objetivos pré-acordados e indicadores que permitam, ao público, verificar e avaliar o que está a ser feito com o seu dinheiro, e condições que têm de ser satisfeitas antes de os fundos serem concedidos, para assegurar que os investimentos são realizados com base em fatores de sucesso reconhecidos.

Os investimentos que faremos em conjunto no próximo período de financiamento irão apoiar a investigação e a inovação, a agenda digital, os pequenos negócios e a economia de baixo carbono.

Ao apoiarmos prioridades em linha com a Agenda de Crescimento 2020 da Europa, estamos a promover um clima onde novas empresas podem desenvolver raízes. É um ambiente onde podem ser criados novos empregos, duradouros, e o problema do desemprego pode ser combatido.

Mas é também importante salientar que, no âmbito desta estratégia global, cada país terá de definir os seus pontos fortes. O acordo de parceria resultante será, por isso, feito sob medida para cada Estado-Membro.

No caso de Portugal, a Comissão identificou, no seu documento de posicionamento enviado às autoridades nacionais no ano passado, três áreas específicas que consideramos serem os seus principais desafios em termos de prioridades de financiamento da UE.

O primeiro deles é a melhoria da competitividade da economia portuguesa. Outro é o combate ao desemprego, em particular entre os jovens, em conjunto com a melhoria da qualidade da educação e formação e a integração das pessoas em risco de pobreza e exclusão social. Por fim, há que promover uma economia amiga do ambiente e a utilização eficiente dos recursos, incluindo o uso adequado dos recursos marinhos.

Metrôpoles - Quais as implicações, para Portugal, do próximo quadro comunitário, dado que o país se encontra sob um programa de assistência financeira? Será que haverá alguns benefícios extra?

Johannes Hahn - Como o país está a passar por uma crise económica e sob restrições orçamentais graves, deve usar os fundos comunitários de forma a obter o efeito má-

“Os países que estão sob um programa de assistência financeira poderão beneficiar de níveis mais elevados de cofinanciamento da UE”





“Atualmente estão a decorrer conversações para tornar ainda mais flexível o uso de fundos regionais a Portugal”

ximo deles em termos de promoção do crescimento económico e do emprego, potenciando esses recursos com os dos setores privado e público.

Os regimes de financiamento da UE destinados a apoiar os programas nacionais de investimento deverão de ser concebidos tendo em conta as dificuldades financeiras dos promotores públicos e privados. Por isso, a Comissão está a incentivar um uso muito mais amplo dos instrumentos de engenharia financeira.

Prevê-se igualmente que, para o período 2014-2020, os países que estão sob um programa de assistência financeira poderão beneficiar de níveis mais elevados de cofinanciamento da UE, através dos chamados mecanismos de top-up, que já estão disponíveis para Portugal.

Atualmente estão a decorrer conversações para tornar ainda mais flexível o uso de fundos regionais a Portugal, que também têm em conta a pressão sobre o erário público, para o país poder concretizar investimentos chave.

No seu âmbito de intervenção, os fundos da UE também deveriam servir para apoiar as reformas estruturais que estão a ser implementadas em Portugal e, assim, contribuir para a retoma económica.

Metrópoles - O que é que a Região de Lisboa pode esperar do próximo quadro de apoio?

Johannes Hahn - A Região de Lisboa vai continuar a beneficiar de apoio financeiro da UE,



ainda que de forma menos intensa que as regiões de convergência portuguesas (Açores, Norte, Centro e Alentejo).

Metrópoles - Qual pensa que poderá ser o papel futuro da Região de Lisboa para o crescimento de Portugal? E da Europa? Quais são os passos que têm de ser dados para que isso aconteça?

Johannes Hahn - A região de Lisboa é muito dinâmica e o principal motor de inovação e competitividade no país. Tem ativos valiosos em termos das empresas, incluindo as de alta tecnologia, universidades e institutos de investigação, e excelente conectividade com as outras regiões do país, a Europa e muitas partes do mundo. Nós esperamos que essas vantagens continuem a ser integralmente usadas, com benefícios claros para a própria região e todo o país.

Infelizmente, a crise económica contribuiu para o crescimento do desemprego de forma significativa, em particular entre os jovens. Este é um aspeto que deve constituir a base de qualquer estratégia para o próximo período.

Numa base mais pessoal, deixe-me salientar-lhe que o potencial turístico da zona de

Lisboa, que é também uma região muito criativa e vibrante, se está a destacar. São aspetos que, tenho a certeza, serão enfatizados durante o próximo período de programação, e estamos muito ansiosos para trabalhar com as autoridades nacionais e regionais para garantir que isso aconteça.

“Deixe-me salientar-lhe que o potencial turístico da zona de Lisboa, que é também uma região muito criativa e vibrante se está a destacar”

Apoiar mais a Região de Lisboa pode ter efeitos multiplicadores no conjunto da economia nacional

Prof. Doutor Eduardo Brito Henriques

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo



Metrópoles - Sendo Lisboa considerada, segundo as atuais normas de atribuição de fundos do quadro comunitário de apoio, uma das regiões mais desenvolvidas, com que alterações podemos contar, em comparação com os quadros anteriores?

Eduardo Brito Henriques - A Região de Lisboa, como é sabido, já integrou no presente período de programação financeira o grupo das regiões do Objetivo Competitividade e Emprego, a que pertencem as regiões mais ricas da Europa. Em termos práticos, significa que dispôs de um envelope financeiro substancialmente inferior ao das outras regiões portuguesas. Também em termos de elegibilidades e de taxas de comparticipação esteve sujeita a condicionantes que outras regiões portuguesas não conheceram. Portanto, o facto de no período 2014-20 ficar classificada entre as regiões mais desenvolvidas não constitui grande novidade relativamente a 2007-2013.

Talvez a grande diferença com que vamos ser confrontados reside no facto da Comissão Europeia ter estabelecido para este próximo ciclo plurianual regras mais estri-

tas relativamente àquelas que podem ser as prioridades de investimento das regiões mais desenvolvidas. Quer dizer, as regiões ficarão agora obrigadas, em função do seu grau de desenvolvimento, a cumprir obrigações e a escolher de entre um conjunto de prioridades que foram previamente definidas e que estão expressas nos regulamentos comunitários. Portanto, não poderão fazer em total liberdade as escolhas que entenderem, é-lhes dado um leque de prioridades de investimento alinhadas com a Estratégia Europa 2020 para, dentro desse, fazerem as suas escolhas.

Metrópoles - Que prioridades foram estabelecidas e que áreas de intervenção se encontram já definidas?

Eduardo Brito Henriques - Os trabalhos de preparação do PO Regional estão a decorrer, pressupõem auscultações e interações com os atores regionais que não estão concluídas e, portanto, seria prematuro eu estar aqui já a identificar aquilo que devem ser as prioridades para o próximo período de programação financeira. Em todo o caso, tendo em conta o que lhe disse anteriormente, o tal leque de opções que nos é oferecido, há coisas que podemos antecipar desde já. Por exemplo: sabemos que, nas regiões mais desenvolvidas, os Estados Membros vão ser obrigados a afetar entre 45 a 50% dos fundos estruturais à promoção do emprego e da mobilidade laboral, ao combate à pobreza e ao investimento no ensino e na aprendizagem ao longo da vida. Por outro lado, sabemos que pelo menos 80% do FEDER terá de ser repartido entre o apoio ao desenvolvimento tecnológico e inovação, o acesso às TIC, a competitividade das PME e a descabornização da economia e da sociedade, objetivo este que só por si, de acordo com as regras, deverá receber pelo menos 20% do FEDER. Ora, se pensarmos que estas são as balizas em que nos movemos, não é preciso muita imaginação para perceber quais poderão vir a ser as prioridades.





Metrópoles - O agravamento da situação económica no País, decorrente dos compromissos assumidos com a troika, e a consequente instabilidade política, podem ter efeitos sobre a atribuição dos fundos de coesão?

Eduardo Brito Henriques - Qualquer mudança política, basta uma alteração na lei orgânica do Governo, produz sempre uma fase de indefinição que pode ser perturbadora do andamento dos trabalhos. Mas eu diria que neste particular, naquilo que tem que ver com a preparação do próximo período de programação financeira, com o trabalho que as CCDR's estão a desenvolver (e nomeadamente a CCDR de Lisboa e Vale do Tejo), não há riscos que se antevejam. Há um trabalho que está a ser feito já há muitos meses, está em curso, e é um trabalho que tem imperiosamente de prosseguir, uma vez que estamos obrigados a prazos bastante apertados acordados entre o Governo Português e a Comissão.

Metrópoles - Isso foi falado na reunião da Junta Metropolitana, de outubro do ano passado, com o Presidente da CCDR-LVT. Do lado de vários Municípios da AML há essa preocupação: ainda vamos a tempo?

Eduardo Brito Henriques - Vamos completamente a tempo. Não há nenhum motivo para preocupação, os trabalhos estão a decorrer dentro do cronograma previsto. Os programas operacionais regionais deviam estar prontos no final deste ano de 2013 e não vejo razões para que o prazo não seja cumprido.

Agora, a sua questão tem implícita uma outra nuance que se prende com o seguinte: saber até que ponto as circunstâncias particulares em que o País vive presentemente, estando sob um pedido de ajuda financeira e num contexto de crise económica severa, podem condicionar o período 2014-2020.

Alguma consequência isso terá certamente: se não estivéssemos a viver a situação difícil em que nos encontramos, talvez as prioridades pudessem ser diferentes... É muito

compreensível que, atendendo às circunstâncias, se sinta necessidade de priorizar as questões relacionadas com a competitividade e a internacionalização, o estímulo à economia, a necessidade de gerar crescimento económico e criar emprego.

O desemprego chegou a níveis nunca antes conhecidos e isso é um problema muito grave, no País e na Região de Lisboa, para o qual temos de encontrar uma resposta de emergência. É inevitável que o combate ao desemprego e que a promoção do crescimento económico (embora não nos moldes em que se fez no passado, tem de ser um crescimento económico muito sustentado na inovação, nos setores que podem produzir maior valor acrescentado) sejam prioridades no próximo período.

Outras questões que deviam merecer a nossa atenção são as que se prendem com a inclusão social, porque a Região de Lisboa vive um paradoxo muito particular: está no conjunto das regiões mais desenvolvidas da UE, mas é uma região desenvolvida num país pobre. Isto cria uma situação de grande contradição, que acaba por ter reflexos na própria polarização social que se vive no seio da Região de Lisboa: nós temos um segmento da população que vive confortável, não o podemos negar, que tem emprego, acesso ao consumo e boas condições de vida; mas temos também uma larga percentagem da população em situações de pobreza e precariedade, sem níveis de instrução compatíveis com uma integração no mercado de emprego, sem acesso a alguns bens e serviços, mesmo bens e serviços básicos, e isso devia merecer da nossa parte também uma atenção especial.

Metrópoles - Dito por outras palavras, nem tudo aquilo que nos oferece o programa comunitário de apoio será exatamente aquilo de que nós podíamos dizer que estamos mais carecidos...

Eduardo Brito Henriques - De certo modo. Parece-me que, na preparação do próximo ciclo plurianual, ter havido da parte da Co-

missão orientações mais claras, diretrizes mais definidas em relação ao que devem ser as opções das regiões em função do seu nível de desenvolvimento, é vantajoso. Tem de haver um alinhamento claro das opções das regiões com as prioridades da Europa 2020. Esse alinhamento só é possível se houver essa orientação bem definida da parte da Comissão. Como lhe estava a dizer, considero que isso é vantajoso.

A outra face da moeda é que isso pode significar que algumas das necessidades específicas da região de Lisboa ...

Metrópoles - ... Que as opções propostas não se aplicam ao nosso caso?

Eduardo Brito Henriques - ... Podem não se aplicar diretamente em alguns casos, ou podem deixar de fora algumas preocupações.

Metrópoles - Podemos fazer alguma coisa quanto a isso? Que medidas deveriam ser tomadas, em Portugal, de modo a maximizar o proveito dos fundos ainda disponíveis?

Eduardo Brito Henriques - Eu creio que a solução não vai passar tanto pela definição das prioridades, mas vai passar mais pela seleção dos projetos. Em relação a isso, seria conveniente repensarmos séria e ponderadamente algumas das opções que fize-





mos nos períodos de programação anteriores, em particular no atual, no QREN.

No QREN apoiámos projetos num estágio de maturidade demasiado incipiente. Apoiámos numerosas operações ainda em fase de programação estratégica, que nem sequer tinham um projeto desenhado. A consequência foi que a implementação no terreno dessas operações acabou por ser muito mais demorada do que seria desejável.

Julgo que seria benéfico se soubéssemos tirar partido mais rapidamente dos fundos comunitários. Em 2014-2020, devíamos procurar apoiar projetos que já estivessem praticamente em condições de ser implementados, de ser colocados no terreno.

Não mencionei há pouco, mas há outra coisa relacionada com a sua pergunta anterior que gostava de referir. Não é totalmente negativo que a Comissão Europeia nos proponha um leque de hipóteses como prioridades de investimento, mesmo que essas opções, à primeira vista, possam não parecer totalmente ajustadas à nossa realidade. Acho que também pode haver um lado positivo nisso: as propostas que são feitas podem estimular as regiões a identificarem como prioridades coisas que manifestamente são importantes, que poderão até ser vitais, mas que de outra forma não constituiriam as prioridades políticas mais previsíveis.

Vou dar um exemplo: penso que, na situação económica em que nos encontramos, em face dos níveis de desemprego e da necessidade de crescimento económico que temos, talvez fosse difícil identificar a transição para a economia de baixo carbono como uma prioridade. O fato de estarmos obrigados a alocar pelo menos 20% do FEDER para essa finalidade é uma oportunidade para que alguma coisa se faça.

E eu diria que isso é indispensável. Porque se quisermos pensar de forma verdadeiramente estratégica, somos levados a concluir que apoiar medidas que tenham em vista uma descarbonização da economia tem duas virtudes: a primeira é a de contribuir para um desenvolvimento ambiental-

mente mais sustentável, a outra é a de permitir que se desonere, na balança de pagamentos, uma das variáveis que mais pesa em nosso desfavor e que diminua a nossa dependência dos combustíveis fósseis. A obrigação de implementarmos medidas que nos levem no sentido da descarbonização da economia pode ter essa vantagem, ajudar-nos a tomar como prioridade algo que, politicamente, talvez tivéssemos tentação para deixar para segundo plano.

Metrópoles - Qual será o impacto da reorganização das NUT ao nível do financiamento, neste próximo quadro comunitário de apoio, sobretudo no que respeita aos Municípios da margem sul (Península de Setúbal)?

Eduardo Brito Henriques - Bem sei que há preocupações com essa matéria por parte de alguns Municípios. Nos outros agentes regionais, não sei se há uma preocupação tão forte com o risco da Península de Setúbal, cujo PIB *per capita* é bastante inferior ao da Grande Lisboa, poder vir a ser prejudicada pela hipotética criação de uma única NUT III coincidente com a Área Metropolitana de Lisboa. Contudo, devo dizer que esse risco é infundado. A possível integração, ou a possível fusão das duas NUT III atuais numa única NUT III, coincidente com a NUT II - proposta que o INE apresentou ao Eurostat, mas que não sabemos se vai ser aprovada - não tem efeitos no volume dos fundos comunitários nem nas elegibilidades. Por outro lado, que vantagens é que isso pode trazer? Eventualmente, poderá fortalecer a identidade geográfica e política da Área Metropolitana de Lisboa.

Metrópoles - Qual o papel que deve ser (ou pode ser) atribuído à Área Metropolitana de Lisboa neste quadro de apoio? Será feita contratualização com a AML?

Eduardo Brito Henriques - Acho que ainda é cedo para falarmos disso. Não sabemos como vão ser geridos os fundos nem sequer

os envelopes financeiros de que vamos dispor no próximo período. Neste momento, tudo o que dissermos sobre o papel que a Área Metropolitana de Lisboa vai jogar na gestão dos fundos comunitários, e sobre os tipos, modalidades, e formas de contratualização que a Administração Central, e em particular a CCDR, vai fazer com a Área Metropolitana, seria especular. Essa é uma matéria que vamos ter que discutir, nós - CCDR - e Área Metropolitana de Lisboa.

Não escondo que tem havido algumas conversas, de natureza informal, entre estas duas entidades, e que há uma forte convergência de pontos de vista em relação àqueles que são, por princípio, os setores ou as áreas de intervenção em que a AML estaria melhor capacitada para exercer uma gestão mais direta dos fundos comunitários. Mas tudo isso está ainda em aberto.

Depois, como sabe, os regulamentos comunitários preveem para o próximo período de programação financeira um conjunto de novos instrumentos que vai permitir aos níveis subregionais atuarem mais diretamente na gestão dos fundos comunitários. Da parte da CCDR, há vontade de encontrar uma plataforma de entendimento com a Área Metropolitana nesse sentido.

Metrópoles - O que lhe parece que falta aqui? Há alguma questão que deveria ainda ter sido posta, algo que deva ser acrescentado neste ponto?

Eduardo Brito Henriques - O QREN não foi particularmente generoso com a Região de Lisboa. Em 2007-13, a região beneficiou de um volume de fundos bastante inferior ao que teve em períodos de programação financeira anteriores. Eu sei que as outras regiões não gostam que isto se recorde, mas é na Região de Lisboa que se concentram as empresas e os setores mais produtivos do país, os bens e serviços de maior valor acrescentado, os profissionais com qualificações mais elevadas e a maior parte dos recursos do sistema científico e tecnológico nacional. A competitividade da economia

portuguesa passa muito pelo apoio que se der a este sistema produtivo regional, na sua relação com o sistema científico e tecnológico. Por essa razão, estou convencido que apoiar mais decididamente a Região de Lisboa trará efeitos multiplicadores para o conjunto da economia nacional. Espero que o Governo tenha isso em conta no rateio dos fundos pelas diversas regiões.

A Região de Lisboa tem ainda carências significativas no domínio da regeneração urbana. Fez-se nos últimos anos um grande investimento na qualificação do espaço público. Realizaram-se coisas muito interessantes na Região de Lisboa. O espaço público melhorou bastante. As operações nas frentes ribeirinhas são muito expressivas desse esforço mas, como sabe, os fundos comunitários não preveem o investimento na habitação; e hoje, onde se identificam mais claramente áreas de carência, é precisamente na requalificação dos espaços domésticos, dos imóveis, das habitações. E não estou a pensar só nos centros históricos: mesmo em algumas áreas periféricas de classe média, que foram vendidas no mercado há 30, 40, ou 50 anos, começa a haver necessidades de requalificação para as quais não há dinheiro.

Outro ponto que gostaria de destacar tem que ver com a necessidade de construir sociedades e cidades mais resilientes. A Região de Lisboa é muito vulnerável a um grande conjunto de riscos, desde os movimentos de massa e as cheias rápidas aos riscos de erosão do litoral, que vão ser agravados com as alterações climáticas, para já não falar do risco sísmico. Diminuir essa vulnerabilidade é caríssimo, implica investimentos muito vultuosos; não é sequer expectável que os fundos comunitários possam suprir essas necessidades. Portanto, o que quero dizer com isto é que, mesmo que o envelope financeiro em 2014-20 seja mais generoso do que foi em 2007-13, haverá sempre áreas onde os fundos comunitários ficarão aquém das necessidades da região.

As capacidades existentes na Região de Lisboa **devem estar ao serviço do resto do País**

Prof. Doutor Augusto Mateus

Presidente da Sociedade de Consultores Augusto Mateus e Associados



Metrópoles - Quais as áreas de intervenção que vão ser privilegiadas (e quais deveriam ser), no próximo quadro comunitário de apoio para a Região de Lisboa, referente ao período 2014-2020?

Augusto Mateus - Temos dois pontos de partida fundamentais. Há um em que a população portuguesa e as pessoas que exercem responsabilidades democráticas, ou que estudam e pensam a nossa realidade, podem ter uma grande convergência, que é a ideia de que necessitamos de mudança. Não vivemos um tempo de continuidade, mas de profundas transformações e desafios, e penso que todos podemos partilhar esta ideia de que precisamos de fazer coisas diferentes, de fazer melhor, cometer menos erros.

Talvez haja menos convergência na ideia de ter um guião mais longo para a ação. Um dos problemas da Europa e de Portugal foi que a ação se tornou de prazo muito curto. No momento em que o mundo se tornou maior, em que descobrimos que grande parte dos nossos recursos e desafios são do planeta (não de uma região ou de um país), em que a economia se tornou verdadeiramente mundial e há muito maior mobilidade, esse horizonte territorial mais vasto foi gerido com um horizonte temporal curtíssimo, quase de decisão dia a dia.

Ora, é quando as coisas se tornam mais complexas e mais vastas que precisamos de um

horizonte temporal da decisão mais longo. Aquilo que alguns consideram fazer estudos que não valem nada (uma das patéticas do presente) é, no fundo, pensar as realidades a prazos mais longos.

Mudar o nosso modelo educativo, encontrar um sentido útil para o envelhecimento da população, transformar a sustentabilidade do planeta numa oportunidade para gerar emprego e riqueza, todas estas coisas não se fazem numa hora, fazem-se ao longo de várias gerações. Vamos ter que mudar, ao encontro do que disse o poeta, de modo mais suave: quem sabe faz a hora, não espera acontecer. Para essa mudança, temos um balanço de experiência nacional e regional e orientações comunitárias com uma agenda perfeitamente aceitável: crescimento mais inteligente, mais inclusivo, mais sustentável.

Na prática, é a ideia de que os fundos devem ser usados para um melhor relacionamento entre a sociedade, a economia e o ambiente, para que aquilo que nós fazemos dure mais - sustentável. Inclusivo, que seja um progresso económico e social que não deixe pessoas de fora. E inteligente é escolher um caminho que produza mais resultados e menos dificuldades, e com coisas que a Europa já foi colocando sobre a mesa, como a economia baseada no conhecimento e a aprendizagem ao longo da vida.

E a Área Metropolitana de Lisboa? Talvez pudessemos convergir na ideia de que os nossos insucessos correspondem a uma desvalorização do papel europeu e internacional de Lisboa, da grande Região de Lisboa e da AML e, por outro lado, a uma errada visão do desenvolvimento territorial em Portugal. Em vez de acentuarmos a identidade e a diversidade, acentuámos a polarização com Lisboa; e muitas regiões e cidades portuguesas viram o seu futuro como uma reprodução do modelo de Lisboa.

Cada país tem uma única região capital, com uma longa história. Uma grande cidade em torno do Tejo é uma, não há vinte. Uma grande cidade em torno do que foi sempre uma zona europeia de passagem é o Randstad, onde estão Roterdão, Amsterdão, Utreque, Haia e outras cidades holandesas, que criaram uma área metropolitana de grande valor, de modelo completamente diferente daquele que nós



temos, em Portugal ou na Espanha, ou mesmo na França.

Nós precisamos de mudar para que pelo menos seja possível que em Portugal tenhamos uma capital, uma região, mais internacional, mais forte do ponto de vista europeu e mundial, menos gerida e olhada na estrita comparação com as outras realidades portuguesas. Mudar numa lógica em que se olha para fora. E ao mesmo tempo se vê a função desta Região capital como um motor leve, ou como um dinamizador inteligente, um catalisador eficaz do resto do País. As capacidades existentes nela devem ser postas ao serviço do resto do País, para que possa beneficiar da afirmação internacional da Região de Lisboa. A grande mudança é esta, e pode ser um guia para se fazer um conjunto de alterações institucionais que são necessárias, mas não devem ser vistas como uma pré-condição,

senão não se faz nada. Temos um défice no plano da organização administrativa, nos modelos de governo, que seria útil combater e eliminar, mas não podemos dizer que sem isso não se pode avançar. Temos que avançar, na perspectiva de que esse avanço também tem que chegar a um novo modelo de autarquia para as duas grandes Áreas Metropolitanas do País. Provavelmente, vamos ter de construir um novo modelo de governo para estes territórios, sob pena de não podermos levar até ao fim esta mudança.

Metrópoles - Que novidades são dignas de registo, no novo quadro comunitário de apoio, em comparação com os anteriores?

Augusto Mateus - Há uma novidade mais instrumental, que é: vamos voltar a ter o que se chama uma programação pluri-fundos.



Em Portugal, cometemos bastantes erros na articulação entre capital físico e humano, investimento e manutenção, economia e cultura, ser e ter. Houve dificuldade em encontrar uma dimensão humana e social global para as ações e iniciativas, que foram sempre muito espartilhadas. Uma programação pluri-fundos significa que temos um incentivo a fazer projetos mais completos, pensando na articulação entre ambiente, pessoas, economia, capacidade de fazer e meios para fazer. Não se trata, como naquela expressão [simplificada e até indutora de muitos erros] de escolher entre o betão e as pessoas, como se fosse possível esta se-

paração. Há muitas outras coisas, tecnologias de informação, milhentas formas de existência do capital físico que são fundamentais para criar riqueza, e as pessoas, que também são muito diferentes, são pessoas portadoras de competências. Esta mistura de pessoas com competências e de formas diferenciadas de equipamentos, de instalações, que nos ajudam a resolver problemas e a criar riqueza, tudo isso pode ser agora organizado na forma de projetos integrados, porque os financiamentos podem convergir no mesmo projeto em vez do modelo anterior, em que tinham de ser objeto de projetos específicos para poderem caber

num único fundo. Agora os fundos podem ser articulados, e esse é um desafio muito interessante.

Claro, a Região de Lisboa é a única com um nível de vida acima da média europeia, portanto não vai dispor de muitos fundos, tem que ser capaz de contar mais consigo própria e não lamentar-se de não ter fundos estruturais.

Metrópoles - Na presente conjuntura, e dada a situação de dependência do País, em que pontos concretos pode a Região de Lisboa exercer alguma influência em seu favor?

Augusto Mateus - Aí temos que interrogar-nos sobre onde está a força de Lisboa, o que vale do ponto de vista europeu e mundial. É uma grande cidade europeia e mundial? Tem capacidade de atrair gente, investimento, funções?

Creio que temos de valorizar fundamentalmente duas coisas: a primeira é que a Região de Lisboa tem uma base ecológica decisiva e de grande valor. Por base ecológica estou a entender as pessoas, empresas, instituições que, povoando um território, se servem dele para criar riqueza de uma forma sustentável, usam essa vantagem ambiental para criarem um espaço atrativo, para gerarem riqueza - não é um espaço de contemplação, exclusivamente, mas é um espaço de fruição, de utilização, de preservação e valorização - de uma forma que tem futuro.

A própria configuração da Região de Lisboa confere a esta grande cidade europeia uma base ecológica que outras não têm, com realidades muito interessantes, como seja um mundo rural relativamente moderno e em desenvolvimento às portas de uma cidade onde o artificial foi mais longe em Portugal.

Há zonas que ficam fora da Área Metropolitana, numa lógica de contínuo urbano, mas que estão nas NUTS III da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, e cidades como Santarém ou Setúbal - que não fazem parte da Área Metropolitana, se formos rigorosos, mas estão às portas dessa Área, polarizada por uma Região e por uma cidade capital - com a sua própria independência e as suas funções de intermediação.

Vê-se perfeitamente que Santarém, que não pertence à AML, pertence à Lezíria do Tejo,

mas está a 60 quilómetros de Lisboa, com uma polarização completa com o que se passa em Lisboa, e que, em tudo o que é mundo rural, agroalimentar, num sentido mais vasto daquilo que se pode fazer na terra e com a terra, há uma função que essa cidade pode desempenhar com muito mais força.

Se pensarmos em Setúbal, há uma função que é uma dimensão industrial significativa, oferecida ainda pela capacidade que teve o processo histórico de construir na Península de Setúbal um conjunto de unidades empresariais que não eram geridas aí, mas tinham aí os seus estabelecimentos, e que acolhiam imigrantes; o processo de construção do que foi a zona industrial do Barreiro é um bom exemplo disso.

Se por base ecológica não estivermos apenas a pensar em ambiente, mas em civilização, em património, em cultura, há um imenso arco patrimonial em torno da cidade de Lisboa, que merece ser desenvolvido e valorizado.

As pessoas podiam interrogar-se: mas afinal, por que é que a capital de Portugal é em Lisboa? E a resposta principal é: porque aqui, historicamente, encontraram-se condições absolutamente excecionais; não porque alguém decidiu que tinha de ser aqui, não é uma construção artificial. Lisboa é uma cidade que se ergueu como cidade portuária, cidade do mar, com uma posição geo-estratégica absolutamente decisiva num mundo onde o Mediterrâneo se alargou para o Atlântico, e o Atlântico foi durante muito tempo o espaço central do desenvolvimento económico mundial.

O segundo aspeto é a base organizacional e empresarial. Em Lisboa encontramos um potencial científico e tecnológico muitíssimo forte, uma cidade de pujança universitária significativa, em acelerada internacionalização, e algo que é hoje essencial no mundo: uma vez desenvolvido o "terciário" para as famílias, os serviços associados ao consumo, a grande distribuição, desenvolve-se agora um outro, de serviços especializados para as empresas, sem os quais elas não criam riqueza, não são competitivas, não inovam nem diferenciam suficientemente os seus produtos.

Estas duas bases, uma ecológica e uma

institucional e empresarial, precisam de ser projetadas no mundo. Estiveram mantidas numa lógica muito portuguesa, de comparar os indicadores de Lisboa com Bragança, ou com Castelo Branco, quando nós temos de comparar os nossos indicadores com os de Roma, de Paris, Londres, Barcelona, Madrid, Estocolmo e das novas cidades e Áreas Metropolitanas que estão a nascer na Europa. Por razões históricas, a capital da Áustria fica a nascente e a capital da Eslováquia fica a poente, e entre as duas há uma distância menor que do Parque das Nações a Cascais; está a nascer aí uma grande Área Metropolitana, uma grande cidade europeia que é Viena-Bratislava, tal como está a nascer uma grande cidade europeia entre dois países, entre Copenhaga, capital da Dinamarca, e Malmö, na Suécia.

Todas as regiões capitais sofrem muito com o centralismo. O centralismo, ao contrário do que se pensa, é mais virulento nas regiões que acolhem o Governo central, porque, quando há um modelo muito centralista, extravasa para a ideia de que o Governo central deve tomar decisões que são estritamente do governo da região, do governo da cidade. Por isso, há uma luta da cidade e da Região de Lisboa para ser mais autónoma, para poder mandar mais sobre si própria, não para fazer coisas pequeninas, mas exatamente para fazer as coisas de horizonte mais vasto, mais europeias, mais internacionais.

É necessário encontrar uma nova fórmula de colaboração. E a diversidade política e ideológica que caracteriza a AML podia ser aqui um trunfo muito importante, porque, em torno de agigantar Lisboa no contexto europeu e mundial, ninguém se colocaria de fora: todas as forças políticas e sociais teriam uma base interessante de colaborarem entre si e até de afirmarem as suas diferenças, se verificarem que são assim tão fortes, porque há diferenças que, quando começamos a construir, se apagam um pouco.

Há muito para fazer do ponto de vista institucional, não é preciso dinheiro; é preciso é trabalhar bem, organizar as coisas seriamente e ter ideias firmes sobre a possibilidade de beneficiar de uma participação ativa na globalização. Temos estado numa posição de expectativa ou ausência; a globalização vai

fazendo o seu caminho e Portugal, e Lisboa, assistem um pouco a isso. Nós temos muito a ganhar em não assistir, mas em participar. Obviamente, em participar sabendo que a globalização, como tudo na vida, tem coisas muito boas e coisas muito más, coisas que é preciso desenvolver e coisas que é preciso evitar. Mas os países e as cidades que se têm posto à margem da globalização têm sofrido imenso com isso. Talvez o país mais exemplar seja a França, que está hoje numa crise muito forte, e é de todos os países europeus o único que regrediu em matéria de internacionalização e globalização, nos últimos quinze anos.

Metrópoles - A ideia que temos, quando falamos de globalização, é que somos sempre derrotados por incapacidade de competir com os "gigantes" que estão a nascer nos outros sítios.

Augusto Mateus - A globalização é, curiosamente, um fenómeno que não favorece todos os grandes e favorece de forma relativamente equilibrada grandes e pequenos. A globalização produz duas tendências: uma, o que faz é uma segunda fragmentação (em inglês diz-se *unbungling*) das atividades económicas.

No princípio do séc. XX produziu-se uma fragmentação entre o local de produção e o local de consumo. Conseguimos inovações radicais nos modos de transporte, baixámos os custos de transporte e passou a haver uma diferenciação clara entre onde se produzia e onde se consumia, que originou um comércio internacional muito significativo.

Hoje estamos a assistir a uma nova fragmentação dentro das cadeias de valor, as cadeias de abastecimento. Onde se concebe, onde se transforma, onde se vende e onde se distribui, são realidades diferentes: qualquer produto chega ao mercado envolvendo milhares de empresas, em centenas de países. Isso já está construído, nem Portugal nem Lisboa se podem pôr na posição de que não deveria ser assim. Agora é assim.

E curiosamente, no nosso dia a dia, até gostamos de algumas dessas coisas, porque elas permitiram baixar os preços de muitos produtos e uma disponibilidade nova de ser-

viços, de que os consumidores gostam. Esse processo, obviamente que gera desequilíbrios e alimenta uma vantagem para quem sabe explorar economias de escala, mas abre imensas novas possibilidades para o que é pequeno, desde que seja bom. A lógica nunca é entre o grande e o pequeno, mas entre o que é atrativo e o que não é.

Metrópoles - Aquilo a que chamamos procurar nichos de mercado?

Augusto Mateus - Dez milhões de habitantes é sempre nichos. Um país de dez milhões de habitantes é um país de nichos.

Metrópoles - A Dinamarca tem cinco...

Augusto Mateus - Também a Finlândia. E não é um problema, sequer, de território. A Bélgica e a Holanda cabem dentro de Portugal; têm quase 30 milhões de habitantes. Nunca se atrapalharam com a globalização. As exportações de bens e serviços na Bélgica e na Holanda aproximam-se dos 80%. Em Portugal não passam dos 32%, 33%; agora com a crise subiram um pouco mas, estruturalmente, andam abaixo de um terço.

Para satisfazermos as nossas expectativas, temos de nos integrar mais no mundo global. A Suíça faz muito bem poucas coisas; mas faz tão bem, que importa as outras com total capacidade. Um país pequeno, como Portugal, pode ser grande. Veja: Lisboa é a capital de um país pequeno, mas está em 10º lugar na realização de eventos e congressos à escala mundial, e só por si, se fosse um país, ficava entre o 20º e o 30º. Significa que a maior parte dos países fazem menos congressos e eventos que Lisboa.

É um bom exemplo para não termos medo da globalização. A Região de Lisboa não gostou das realizações recentes, como as dos Rotários e Congressos médicos de grandes dimensões, que animaram o comércio e ajudaram a fazer a sua notoriedade? E depois temos dúvidas da globalização? Só queremos uma parte? Estas coisas não são assim...

Temos é que ser capazes de nos organizar para que a globalização, para nós, tenha um balanço positivo. Não é que só tenha coisas

boas, mas que tenha um balanço positivo. E temos todas as condições para isso. Porquê? Porque a globalização, mais do que premiar a dimensão, premeia a identidade e a mistura de inovação e diferenciação. Premeia o que é diferente para melhor, o que é diferente atrativo. Pode um país com a história de Portugal e uma cidade e Região com as características de Lisboa achar que o mundo não vai premiar, se fizer as coisas bem feitas?

Esse desenvolvimento económico e social só se alcança neste reconhecimento de que Lisboa é uma das doze grandes metrópoles europeias. Claro, se nada fizermos, daqui a 30 anos podemos ser uma das 24, e daqui a 50 uma das 36... Mas por enquanto estamos muitíssimo bem posicionados. Vamos perder isso? Se não prestarmos atenção, claro que perderemos. E perderemos seguramente se não participarmos na globalização.

Agora: podemos participar com o que somos, a partir de dentro, e não geridos por fora. Participar na globalização não é ficar à espera que nos deem ordens. É aproveitar um novo jogo, em que podemos pôr à prova a nossa iniciativa e capacidade, que é aquilo que fizemos em momentos históricos e temos todas as condições para voltar a fazer neste momento particular.

Metrópoles - Quer falar-nos do projeto, do trabalho que tem estado a fazer para a AML, no chamado Programa Territorial Integrado?

Augusto Mateus - O que estamos a fazer é tentar ajudar a Área Metropolitana de Lisboa a construir um programa de ação para 2014-2020, com as regras comunitárias, sabendo que ele tem que ser mais ambicioso do que aquilo que vai ser financiado.

A ideia é a de agarrar bem esta base ecológica e económica, sem perder muito tempo a discutir fronteiras de atividades, sem andar a discutir agricultura, indústria, serviços, mas numa base empresarial alargada, diversificada, suscetível de criar os empregos suficientes para satisfazer as necessidades de povoamento da Região.

O que estamos a fazer é o diagnóstico da posição de Lisboa no mundo, na Europa e em Portugal, quais são os indicadores, olharmo-nos ao espelho e não mentirmos.

Os diagnósticos são sempre um confronto dos decisores com a realidade, um confronto das populações com os seus pontos fortes e fracos.

Exatamente porque os recursos são escassos, do ponto de vista dos fundos estruturais, estamos a tentar que se tomem decisões focalizadas. O nosso entendimento é que este Programa Territorial não deve ser de banda larga, deve ser de banda estreita, deve concentrar-se naquilo que é verdadeiramente essencial.

De uma forma um bocado crítica, nós achamos que o modo como isto tudo funciona faz com que a Área Metropolitana seja menos do que a soma das partes. Porque não há uma dinâmica global, porque a Área Metropolitana é mais vasta do que aquilo que lá está, porque as funções autárquicas não estão bem definidas, estão "puxadas" para baixo, ao nível estritamente concelhio.

A dimensão desta Área Metropolitana, desta cidade e desta Região, exigiria um governo mais vasto. Não custa nada criar autarquias para as Áreas Metropolitanas, como as que temos para o mundo das cidades pequenas e médias, à escala europeia, e depois autarquias para o mundo rural, onde é preciso fazer o contrário do que estamos a fazer nas Áreas Metropolitanas, que é reduzir o número de freguesias, e bem. No mundo rural nós temos que dotar os polos rurais dos serviços necessários, não é para juntar, é para garantir que as pessoas desempenham aí as suas funções insubstituíveis de produção de serviços ambientais, que são fundamentais para todos.

Se tivermos um único modelo, é como alguém, não muito alto, ir a um pronto-a-vestir, e tudo lhe fica grande. Não podemos ter modelos de governo democrático em que há uma mesma solução para núcleos de sessenta famílias e núcleos de um milhão de famílias. Tudo isto parece tonto, quando falamos calmamente, no entanto é o que está na Lei.

Aqui a realidade é seguramente que a Área Metropolitana é menos do que a soma das partes. Pensamos que com estes objetivos, e sobretudo na base económica, devemos ir muito pelo lado do conhecimento, da cultura, da criatividade. Lisboa tem condições únicas

para juntar estas três coisas. Em Lisboa troçamos em património, em cultura, temos gente nova muito criativa, temos condições para promover muitíssimo mais essa criatividade, e temos conhecimento. Temos mais de cem mil estudantes universitários, muitos deles estrangeiros.

É uma realidade com potencial económico e social colossal. Precisa de ser organizada, incentivada, e nós vemos muito um Programa focalizado naquilo em que é possível construir uma unidade de ação entre os vários Municípios que estão na AML, e não um Programa de governo em que está tudo. A nossa função é técnica, é colocar à disposição dos decisores, neste caso a Junta Metropolitana, a AML, as condições para se definir uma base em que todos estes Municípios podem convergir, em coisas que fazem para dentro e em coisas que fazem para fora, com outros.

Ou seja, não é um Programa em que tenho a fronteira da Área Metropolitana e trabalho do lado de dentro; é um Programa em que reconheço que essa fronteira não existe, que há um conjunto de coisas em que a Região de Lisboa é muito maior do que a Área Metropolitana, portanto devo trabalhar com empresas, pessoas, instituições, que estão nessa Região, fora da AML. E que seguramente a ideia da Área Metropolitana é uma ideia de charneira, de articulação entre as duas realidades: para dentro, em direção à grande cidade central que não é toda a Área Metropolitana, e para fora. Nisto está a própria qualificação da Área Metropolitana.

Este Programa, em vez de se concentrar no porque não, deve concentrar-se no porque sim, e em vez de se concentrar no passado deve concentrar-se no futuro - até porque, se tiver sucesso, resolve os problemas do passado.

A requalificação da Área Metropolitana depende muito das novas funções, e não de perdermos essas novas funções que podemos ter, internacionais, europeias, para resolvermos coisas que não estão bem do ponto de vista nacional. É ao fazermos essas novas funções que vamos ser capazes de responder aos problemas sociais e económicos, alguns deles gritantes, que ainda existem nesta Área Metropolitana.





TUDO PARA EXPORTAR

A NBC Medical, sediada em Sintra, baseia o seu crescimento na experiência e inovação e dedica-se à exportação de medicamentos, 95% dos quais produzidos em Portugal

Trata-se de uma empresa 100% exportadora, que aposta forte no mercado africano e europeu. Mas também atua no Médio Oriente e América Central e do Sul, mercados onde desenvolve várias operações.

Fundada em 2008, a *NBC Medical* dedica-se ao comércio internacional de medicamentos e outros produtos na área da saúde. Licenciada pelo *Infarmed* para o exercício dessa atividade, trabalha maioritariamente com produtos nacionais – 95% – e tem uma estratégia de crescimento centrada nas exportações.

Não sendo fabricante, a *NBC Medical* identifica as oportunidades de negócio nos vários mercados em que se move. Por isso, os seus serviços são solicitados muitas vezes por empresas vocacionadas a concorrerem a programas internacionais financiados pelo Banco Mundial ou pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento. Exemplos dessa atividade são o envio recente de embalagens de sangue para o Uganda ou medicamentos anticancerígenos para a Ucrânia.

No primeiro ano de atividade, a *NBC Medical*, sediada em Sintra,

faturou 10 milhões de euros. Em 2010 as vendas ultrapassaram os 11 milhões de euros e, em 2011, chegaram aos 19 milhões de euros, um crescimento de 72% em apenas um ano. Em 2012, a faturação baixou um pouco, ultrapassando, no entanto, os 18 milhões de euros. De um grupo inicial de oito colaboradores, a empresa cresceu para uma equipa de 30 pessoas. A seleção dos colaboradores obedece somente a critérios rigorosos de competência, experiência, criatividade e carácter. Por isso, a empresa tem uma equipa com várias valências, que junta a experiência de colaboradores seniores, alguns vindos de projetos anteriores, ao conhecimento de jovens em início de carreira.

Constituída em 2008 por Nuno Belmar da Costa, gestor de empresas há 25 anos com larga experiência no setor da saúde e por Mariana Belmar da Costa, mestre em gestão, antiga consultora do *Loyds Bank* e administradora na área empresarial da construção civil, a *NBC Medical* trabalha todos os produtos relacionados, direta ou indiretamente, com o setor da saúde, tais como medicamentos,

dispositivos médicos e equipamentos hospitalares ou fardamentos especializados. A empresa possui também alvará de medicamentos, e produtos controlados como psicotrópicos e estupefacientes.

A sua estratégia de internacionalização e crescimento originou a criação da *NBC Angola*, empresa controlada na totalidade pela *NBC Medical*, que representa, neste país, marcas, fabricantes e produtos. Adicionalmente, a aposta no mercado angolano passou por encontrar um parceiro local para criar a *Farmalog*, empresa inovadora na qual detém 50% do capital.

O projeto da *Farmalog* foi idealizado em 2010 e desenvolvido em 2011, com a construção de uma unidade de logística de importação e distribuição de medicamentos em Angola. Recebeu licença de funcionamento em novembro de 2011, pela Direção Nacional de Medicamentos e Equipamentos de Angola, equivalente ao *Infarmed* português.

A sua atividade arrancou em abril de 2012, com um plano estratégico centrado inicialmente no setor privado – clínicas e farmácias. Mas a empresa começou recentemente a participar em concursos públicos para hospitais, governos provinciais e ministérios.

A sua atividade não se restringe apenas a Luanda, capital deste país africano, estendendo-se também a outras zonas do território. Para apoiar o desenvolvimento da sua atividade no mercado angolano, a *Farmalog* participou em várias feiras locais para apresentar a sua atividade e os produtos que representa neste país.

A empresa construiu, de raiz, instalações próprias na província do Bengo, vizinha de Luanda, que foram projetadas em Lisboa e construídas por empreiteiros angolanos. Hoje, num armazém com cerca de 1000 metros quadrados de área, organizam-se áreas distintas para armazenamento de medicamentos a temperaturas e humidade controladas e diferenciadas segundo a exigência de cada produto. O edifício é monitorizado e controlado a partir de Lisboa através da *internet*. O transporte de medicamentos é feito seguindo todas as regras estabelecidas, para garantir as melhores condições de acondicionamento do produto até ao momento da entrega.

Seguindo uma política de atenção às necessidades dos colaboradores, a empresa criou casas de apoio social, fornece duas refeições gratuitas por dia e disponibiliza um balneário. As questões de segurança estão garantidas por uma equipa local e por um sistema de videovigilância e deteção de intrusos e prevenção de incêndios.

Nuno Belmar da Costa,
da NBC Medical



EMBARCAÇÕES TRADICIONAIS DO TEJO

A variedade e riqueza das embarcações tradicionais do grande rio português, quase um mar no seu estuário, fizeram delas um património cultural a preservar



O estuário do Tejo, com as suas margens recortadas e seus esteiros, proporciona boas condições para a navegabilidade fluvial. Por isso, é natural o seu contributo para a fixação de gentes e a criação de inúmeras povoações ao longo das suas margens e estuário.

O rio cedo se transformou no meio de comunicação por excelência entre as duas margens, quer dos que rumavam ao Sul ou mesmo a Espanha, quer dos que viajavam para a capital ou Norte do país. Da mesma forma, assumiu-se como via de circulação para o transporte de bens e mercadorias e proporcionou uma intensa atividade piscatória, fatores determinantes para o progresso económico das suas localidades e territórios.

Ao longo dos séculos, as embarcações permitiram cruzar as suas águas. A sua evolução e aperfeiçoamento, de acordo com a técnica, os materiais disponíveis e as necessidades deram origem a diferentes tipologias: barcas, faluas, botes, batéis, varinos, lanchinhas, canoas, fragatas, vapores e ferryboats.

Segundo o estudo “Barcos do Tejo”, de António Nabais, publicado no jornal online *Panorama*, as embarcações do Tejo, que “recebiam a designação genérica de *barca*, começaram-se a diferenciar devido não só às funções a que se destinavam, como também aos percursos de navegação que utilizavam. Subir o Tejo ou percorrer os braços pouco profundos do rio impunha o uso de embarcações de pequeno calado, sem quilha ou de meia quilha, que foram criadas, sabiamente, pelos operários da construção naval que se instalaram nas povoações ribeirinhas do Tejo, nomeadamente, na margem sul do estuário: Porto Brandão, Margueira, Mutela, Amora, Arrentela, Seixal, Barreiro, Gaió, Sarilhos Pequenos, Montijo e Alcochete. Existiram estaleiros navais noutros portos do Tejo, como em Valada, Punhete [Constância], Rossio ao Sul do Tejo [Abrantes].”

O texto revela que ragatas, varinos, faluas, botes, canoas e catraios, com suas velas enfunadas, pinturas e tripulação davam cor e vida inconfundível a toda a zona ribeirinha do rio Tejo. Há testemunhos

disso em textos de escritores portugueses e estrangeiros, e em muitas representações, incluindo fotografias, postais e pinturas entre outros.

O pescador local utilizava, na sua atividade piscatória, embarcações comuns a todo o estuário do Tejo: o bote, o batel, a canoa e a lanchinha. O candeio, o tresmalho, o arrasto, as redes singeleiras e, principalmente, a armação, eram as artes da pesca usadas. Os pescadores, organizados em campanha, normalmente de quatro homens, levavam um bote-mãe, botes-enviada (que transportavam o pescado, diariamente, para os mercados de Lisboa, Montijo, Alcochete e Barreiro), canoas das redes e caçadeiras (lanchas de transporte).

O cais da Aldeia da Galega

Ao cais de cantaria de Aldeia Galega, hoje Montijo, – que já em 1709 era considerado um dos melhores do Riba-Tejo – atracavam inúmeras embarcações que asseguravam o comércio de produtos para a

capital. Faluas, fragatas e varinos afluíram durante séculos, gerando um intenso movimento de embarcações que transportavam, por exemplo, em 1916, para Lisboa, batatas, cebolas, alhos, ervilhas, favas, feijões, castanhas, figos, melancias, uvas, cereais, farinha, carne de porco e de vaca, banha, toucinho, gado muar, cavalari, bovino, suíno, sal, madeira, sulfato, enxofre, azeite, carvão de pedra, telha de Marselha, tijolo furado e tijolo burro, aduelas, purgueira, guano, palha, cortiça, serradura e betume. Até ao dobrar do século XX, a indústria da cortiça e da chacinaria alimentaram o constante fluxo e refluxo de embarcações, apoiadas pelos armazéns da frente ribeirinha

A variedade e riqueza náutica das embarcações do Tejo, desde Vila Velha de Ródão até à sua foz, são abundantes há vários séculos. Por isso, é natural que existam muitas representações de várias zonas do seu percurso e estuário, enxameadas de velas de embarcações de muitos tipos, dedicadas ao tráfego fluvial, marítimo e pesca.

Porém, o Tejo foi perdendo a vida que todo este colorido proporcionava, à medida que este património náutico tradicional ia sendo substituído por embarcações mais modernas, a vela e a motor, e aumentando o calado dos navios de transporte e carga que nele circulam.

Muletas, bateiras, enviadas, faluas, fragatas, barcos de água acima, barcos dos moinhos, barcos dos moios, canoas, botes, botes de fragata, fragatas e varinos, embarcações que, noutros tempos, enchiam a superfície das águas do Tejo, cruzando as suas águas em todas as direções, quase se perderam. Felizmente, um grupo de pessoas conhecedoras e apaixonadas por este património, ajudam a manter alguns dos seus exemplares, e todos os anos, os mostram em desfiles comemorativos, como acontece no dia da Marinha. Nelas também podem ser vistos alguns exemplares que vários municípios ribeirinhos preservaram e souberam reutilizar para fins culturais e turísticos, como acontece, por exemplo, com Vila Franca de Xira e Azambuja.

Dia da Marinha do Tejo

Num fim de semana marcado pela intensa atividade náutica no rio Tejo, o Cais das Colunas acolheu recentemente o Dia da Marinha do Tejo. Numa cerimónia que, desde 2011, se integra nas “Festas de Lisboa”, sessenta e uma embarcações registaram a sua presença no Livro de Registos da “Marinha do Tejo”, uma instituição apostada na defesa da história náutica, preservação da forma de navegar e divulgação das embarcações tradicionais que ainda navegam no Tejo. Canoas, varinos, faluas, catraios, construídos exclusivamente em madeira nacional, incluindo a falua “Esperança”, produzida em 2006 e propriedade da autarquia, recuperaram a memória das origens de Lisboa. Num espaço recentemente devolvido à cidade, integrado numa frente ribeirinha de 19 quilómetros, o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, presente, também, na qualidade de Fragateiro Honorário, manifestou a importância da frente ribeirinha na redescoberta dos “usos que se foram perdendo”, vestígios de uma Lisboa “desde as origens, ligada ao mar através do Tejo”.



Numa cerimónia repetida anualmente, Carvalho Rodrigues, homem do mar e cientista indissociavelmente ligado ao primeiro satélite português, reforçou a importância do mar na história da cidade, lembrando, às autoridades presentes, que “o alcaide de terra e o alcaide do mar foram criados por Dom Afonso Henriques em Lisboa, no mesmo dia. Saldanha Lopes, Chefe do Estado-maior da Armada, presente na cerimónia realizada “perto do local onde tudo começou há mais de 500 anos”, apelou à união e coesão das duas margens do rio, de forma a “manter viva a memória dos que fizeram do Tejo a sua vida”.

A embarcação Alcatejo

Desde a Idade Média que as embarcações tradicionais constituíam um dos principais meios de transporte de Alcochete, levando para Lisboa mercadorias como o sal. A atividade tem desempenhado, ao longo dos séculos, um papel económico importante em toda a região. Pertença do Município de Alcochete, a Alcatejo é uma das mais belas embarcações que navega no rio. Proporciona, ao longo do ano, a munícipes e turistas, particularmente no Verão, passeios agradáveis ao longo da zona ribeirinha de Alcochete. Desta forma tem outro sabor, quer nos seus percursos em direção à Reserva Natural do Estuário do Tejo, quer em direção à Ponte Vasco da Gama, os passeios revelam pormenores que só podem ser apreciados a partir do rio.

Durante as Festas do Barrete Verde e das Salinas, a Alcatejo é enfeitada a rigor e participa num dos seus momentos altos: a Procissão por Mar e Terra em Honra de Nossa Senhora da Vida. No entanto, a embarcação marca presença noutras festividades de carácter religioso, como as Festas de São Pedro, no Montijo, e as Festas em honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, na Moita, e em regatas no Tejo ou passeios de embarcações tradicionais.

O Varino Pestarola

As povoações ribeirinhas do Concelho do Barreiro desenvolveram-se e progrediram através da sua forte ligação com o Rio Tejo e Lisboa. Em toda a região do estuário do Tejo surgiram e evoluíram, desde a Idade Média, embarcações que procuraram responder às necessidades de transporte de pessoas e mercadorias. Entre elas destacam-se o barco dos moios (transporte de sal), o bote de pinho (transporte de lenha), a muleta (pesca), a fragata, o batel, a falua e a canoa.

A partir da segunda metade do séc. XIX surge o varino, embarcação essencial de carga. Enverga um pano latino quadrangular num só mastro e, à proa, uma pequena vela triangular, o estai. Assegurava a circulação de bens (carvão, areia, cortiça, madeira, cereais, etc.) em toda a zona estuarina.



Semelhante à fragata, distingue-se desta pela roda da proa bastante pronunciada, o fundo liso e sem quilha, o que lhe possibilitava navegar em águas pouco profundas. Embarcação leve e airosa, apresenta uma decoração muito exuberante e de raiz popular. A proa é constituída, geralmente, por um painel de cores garridas, em que contrastam o amarelo, o azul, o branco ou vermelho, sobre um fundo negro. Destacam-se os grandes ramalhetes e cercaduras de flores, onde sobressai a denominação da embarcação, executada com esmero. O seu interior é igualmente decorado, à volta da amurada, na escotilha do porão ou nas molduras e bandeiras das portas. O Varino Pestarola é, atualmente, um exemplar “vivo” das embarcações tradicionais, hoje ao serviço da população do Barreiro. Adquirido em 1999 pela sua Câmara Municipal, realiza viagens na orla marítima do concelho mediante marcações no seu Posto de Turismo.

O Boa Viagem

Com uma frente ribeirinha de 20km, é ao rio que o Município deve, em parte, o seu crescimento e desenvolvimento, e também a sua cultura, identidade e tradições. Hoje, o Tejo oferece, às gentes da Moita, uma vertente de lazer muito acentuada, devido à aposta da Câmara Municipal na recuperação e valorização de toda a sua zona ribeirinha. As embarcações típicas do Tejo marcam a história deste concelho e foram o sustento de muitas famílias. Talvez por isso, não seja de estranhar que este seja o município com mais embarcações típicas do Tejo recuperadas, um trabalho que muito se deve à Câmara Municipal, mas também ao movimento associativo náutico do concelho: Associação Naval Alhosvedrense “Amigos do Mar”, Associação Naval Sarilhense e Centro Náutico Moitense.

O varino é uma embarcação de fundo chato, para navegar nos esteiros do rio, com águas de pouca profundidade. Exibe uma proa redonda, encimada pelo caneco ou capelo também recurvo para dentro. Ostenta as características pinturas decorativas no painel da proa, na antepara e nos barbados, conferindo-lhe um colorido inconfundível. Tem cerca de vinte metros de comprimento por cinco de largura, podendo transportar até duzentas toneladas. A Câmara Municipal da Moita foi pioneira na aquisição e recuperação de uma embarcação tradicional, precisamente um varino. Em 1980, comprou-o com o objetivo de preservar e valorizar este património histórico e cultural do Estuário do Tejo. A sua recuperação foi efetuada no estaleiro naval do Gaio, pelo Mestre José Lopes (já falecido), onde foram utilizadas as técnicas tradicionais de carpintaria, calafeto e pinturas navais. Em setembro de 1981, por ocasião das Festas da Moita, foi apresentado à população do concelho, com uma nova designação, “O Boa Viagem”,





nome que lhe foi atribuído pela autarquia, tendo em consideração a devoção religiosa local à Nossa Senhora da Boa Viagem.

Entre 2010 e 2011, o Boa Viagem foi de novo submetido a uma intervenção no estaleiro naval de Sarilhos Pequenos, do Mestre Jaime Costa. Atualmente, esta embarcação tem funções culturais e didáticas, enquadrando-se na missão de serviço público através de um programa anual de passeios fluviais.

Bote de Fragata Baía do Seixal e Varino Amoroso

As embarcações tradicionais do Seixal já começaram a época de passeios no Tejo. Os dias maiores e ensolarados convidam a um passeio pelo rio e são uma boa oportunidade de conhecer mais de perto as tradições marítimas e fluviais do concelho.

A época de navegação das embarcações tradicionais decorre até outubro e, ao longo destes meses, realizam-se vários ateliês, visitas e passeios temáticos a bordo. Um deles inclui um percurso pela Baía do Seixal, para observação e interpretação dos moinhos de maré existentes no concelho, com desembarque e visita ao Moinho de Maré de Corroios à moda antiga, como os cereais e a farinha que preenchiam o dia a dia dos moleiros, pela porta do rio da sala de moagem. Mas há outras opções até setembro que vale a pena experimentar.



Rio acima no Varino Liberdade

O Varino Liberdade, uma das muitas embarcações que faziam parte de um intenso tráfego fluvial de transporte de mercadorias, é hoje uma referência do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

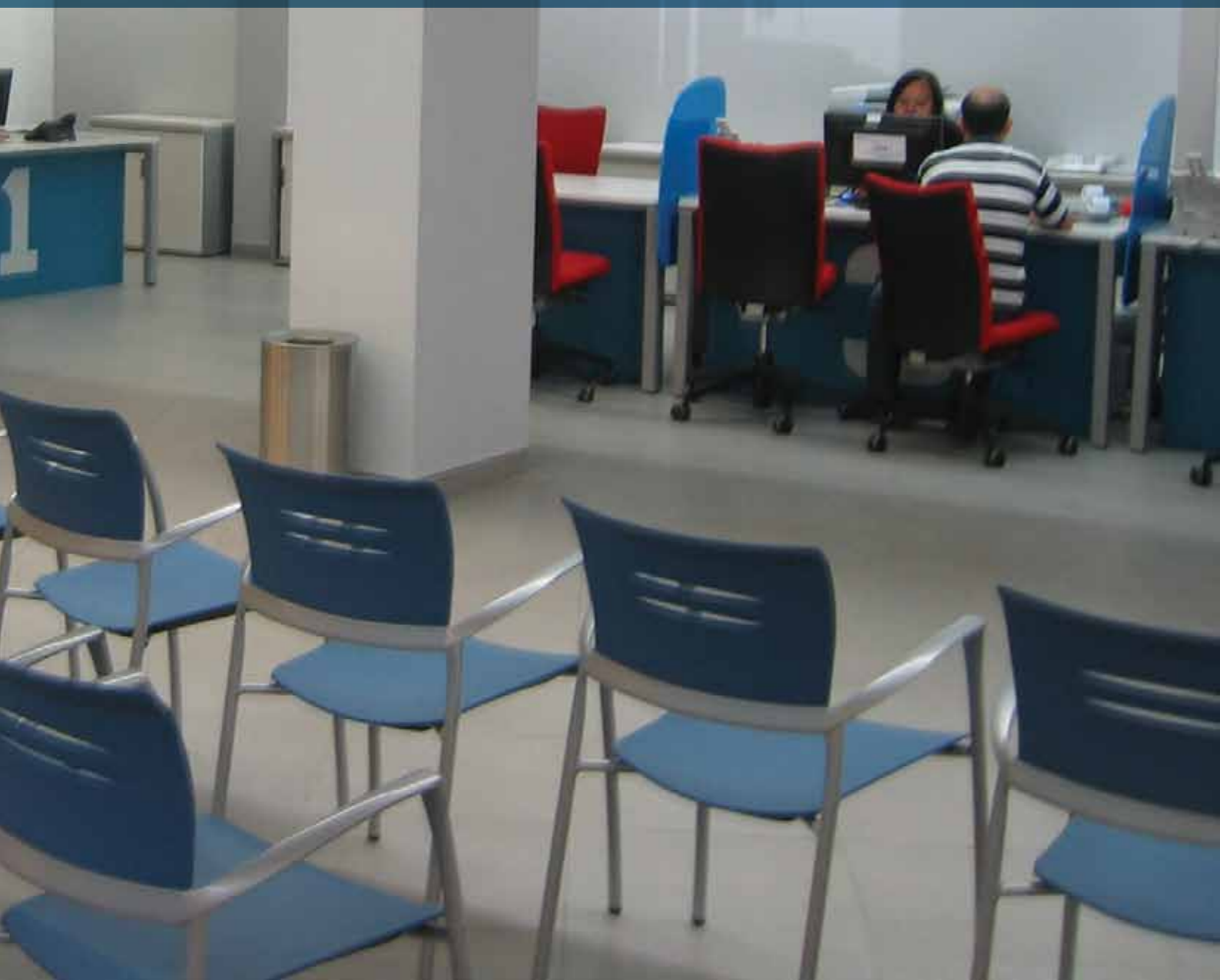
De maio a outubro, segue os contornos do rio ao encontro das paisagens e das histórias que fizeram as gentes da zona ribeirinha do concelho. Dezoito metros, quarenta toneladas, duas velas, proa alta e fundo chato permitem a esta embarcação típica navegar pelos baixios e tirar partido da beleza natural e das condições de exceção da Reserva Natural do Estuário do Tejo.

Ao longo do percurso, o visitante pode deliciar-se a ouvir e observar belos exemplares de aves aquáticas, que encontram aqui um local ideal para repousar e se alimentarem nos seus percursos de migração da Europa para a África Ocidental. É comum observar nos mouchões, flamingos, garças, patos, alfaíates, maçaricos e pilritos, a alimentarem-se nas lamas e a descansarem nos principais habitats e povoamentos vegetais que integram a Reserva.

Disponível para passeios durante a semana ou aos fins de semana, para grupos organizados, o barco varino “Liberdade” sai do cais em horários dependentes das marés.



A SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA DA ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA TAMBÉM PASSA PELAS TIC



Os municípios da Área Metropolitana de Lisboa concretizaram investimento na modernização administrativa autárquica, na ordem dos 7.920.052,76€, dos quais 2.809.477,47€ foram financiados pelos fundos comunitários FEDER, da tipologia Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA) - PORLisboa - QREN.

Nesta tipologia de projetos foram aprovadas trinta e uma operações, tendo como beneficiários os Municípios, a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e Juntas de Freguesias da Área Metropolitana de Lisboa. Estas operações visaram criar condições estruturantes, orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no relacionamento da administração pública local quer com os cidadãos (municípes), quer com as empresas.

Com efeito, as operações aprovadas preconizam objetivos de eficiência e eficácia, designadamente:

- A qualificação do atendimento dos serviços da administração pública local, conjugando uma lógica de proximidade com critérios de racionalização de estruturas;
- A racionalização dos modelos de organização e gestão da Admi-

nistração Pública e a simplificação, reengenharia e desmaterialização de processos;

- O desenvolvimento de uma Administração Pública em rede, com recurso ao uso intensivo das tecnologias da infraestrutura de suporte ao processo de modernização administrativa;
- A promoção de iniciativas integradas de modernização, assegurando a articulação entre três principais dimensões de intervenção (pessoas, organização e tecnologia), promovendo uma geração da massa crítica e das competências transversais necessárias à continuidade e sustentabilidade deste tipo de processos, para além do horizonte definido para o respetivo financiamento.

No âmbito da Modernização Administrativa autárquica foi impresso um grau de inovação ou de utilização de “boas práticas” de governança, como:

- Implementação do Balcão Único de Atendimento enquadrado na perspetiva da prestação de serviços num único local (físico ou virtual), que se constituiu como uma plataforma única de suporte ao atendimento ao cidadão e às empresas;





- Implementação da solução multicanal, potenciando o uso do Balcão Único a disponibilizar ao cidadão;
- Promoção de uma cultura de contiguidade com os munícipes, sejam eles empresas ou cidadãos, através da prestação de um serviço de atendimento, que permite ao munícipe iniciar e acompanhar qualquer tipo de interação estabelecida com a autarquia, através de diferentes canais, segundo as suas possibilidades e necessidades;
- Implementação de reengenharia e desmaterialização nos processos de interação entre os municípios e os cidadãos e empresas, e nos processos internos dos municípios, segundo uma perspetiva de integração transversal.

Ora, este esforço financeiro e humano traduziu-se no aumento da eficiência da governação, privilegiando intervenções transversais entre o município e os munícipes, nomeadamente apostando na valorização da capacitação de todos os intervenientes, numa lógica de economia de rede, com vista à redução de custos de contexto.

No caso da Área Metropolitana de Lisboa (AML) foi implementada uma Central de Compras Eletrónicas (CCE-AML), que visa atuar transversalmente em todos os Municípios aderentes, de forma a promover maior eficácia e eficiência, transparência e potenciar economias de escala no domínio da aquisição de bens e serviços.

Os compromissos assumidos pela CCE-AML, em novembro de 2008, com a sua constituição formal foram amplamente atingidos. Hoje,

os municípios da Área Metropolitana de Lisboa beneficiam de um conjunto de acordos quadro que pretendem racionalizar a despesa e normalizar a aquisição de bens e serviços transversais, para além de promover a eficiência operacional através de um forte contributo para a simplificação dos processos aquisitivos, racionalizados e suportados por soluções tecnológicas. O modelo de *governance* da CCE-AML deve-se exclusivamente à atitude dos municípios, que souberam captar as mais-valias do suporte tecnológico que foi colocado à sua disposição.

A Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa corporiza a sua atuação com o recurso às TIC, designadamente, disponibilizando aos Municípios uma plataforma de compras eletrónicas, uma plataforma de agregação das necessidades, e ainda, um *site* do projeto www.cce.aml.pt, como ferramenta de gestão colaborativa que permite a realização de diversas interações entre as várias entidades do projeto.

Neste contexto, a CCE-AML procura preconizar junto dos municípios melhores práticas, quer ao nível da eficiência e eficácia dos processos aquisitivos de bens e serviços, quer ao nível da transferência de conhecimento, de forma a implementar a gestão de mudança relativamente às compras públicas.

Em suma, a AML desenvolve junto dos municípios todas as iniciativas necessárias à sua mobilização, quer na promoção e adoção de novas práticas de comércio eletrónico, quer na implementação de platafor-

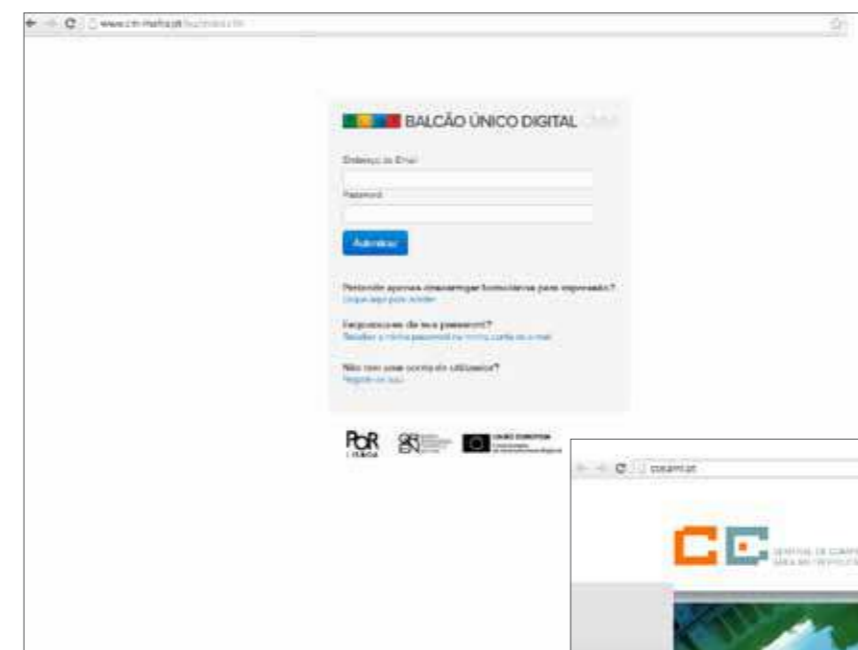
mas únicas de suporte ao atendimento ao cidadão e às empresas (balcão virtual), criando assim as condições para que o acesso ao mercado das compras públicas seja facilitado e transparente.

Ainda, no âmbito do financiamento FEDER pelo POR Lisboa, a AML com os municípios associados concluiu a implementação do Plano Tecnológico da Educação do 1.º Ciclo, que visou essencialmente integrar as TIC nos processos de ensino e aprendizagem no 1.º ciclo do ensino básico.

O Plano Tecnológico de Educação assentou em objetivos de modernização do ensino e da aprendizagem: aumentar a produção, distribuição e utilização de conteúdos pedagógicos em suporte informático (e.g. exercícios, manuais escolares, sebtas eletrónicas, etc.); desenvolver práticas de ensino e de aprendizagem interativas, generalizar o

portfólio digital do aluno; promover a utilização pedagógica de TIC; aumentar a oferta de conteúdos e aplicações TIC para Educação; promover a acessibilidade às TIC por parte de cidadãos com necessidades especiais; aumentar a velocidade de acesso das escolas à *Internet*; permitir que alunos e professores tenham acesso à *Internet* com e sem fios em todas as salas de aula e restantes espaços escolares; aumentar a segurança nas escolas; contribuir para a segurança dos equipamentos, dissuadir intrusões, furtos e roubos nas escolas.

A Área Metropolitana de Lisboa continuará junto dos seus Municípios, a concertar estratégias e sinergias para encontrar mais soluções de modernização administrativa, que tragam melhores resultados na otimização da prestação do serviço público, quer aos cidadãos, quer às empresas.



Rui Telmo Romão

Licenciado em Design de Comunicação pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, bolseiro da Universidade de Lisboa no programa Erasmus no departamento de animação da *Norwich School of Art and Design* em Inglaterra e mestre em Direção de Fotografia de Cinema pela Escola Superior de Cinema e Audiovisual da Catalunha, em Espanha, Rui Telmo Romão trabalha, desde 2006, em produções cinematográficas (longas e curtas metragens, documentários, vídeos e filmes publicitários) em Portugal, Espanha e Inglaterra. Entre 2008 e 2011 fez parte da equipa criativa da produtora *Take It Easy*, na qual desenvolveu projetos autorais com Tiago Guedes, Fre-

derico Serra e Gonçalo Waddington, para clientes como a Caixa Geral de Depósitos, Compal, Jornal i, MotelX e Vodafone. Em 2005 e 2006 foi selecionado pelo Clube Português de Artes e Ideias para o concurso Jovens Criadores na categoria de Design Gráfico e de Vídeo, respetivamente. Em 2009 colaborou com o coletivo de design Vivóeusébio, na criação da exposição *site specific* "SuperChasse" no âmbito da bienal Experimenta Design. O seu projeto artístico "Em Casa" foi selecionado para a *shortlist* do prémio "Fotolibro Iberoamericano 2012" pela Editorial RM e, em 2013, recebeu o apoio às Artes Visuais da Fundação Calouste Gulbenkian.



Passeio de bicicleta pela cidade, Praça do Comércio, Lisboa - agosto 2012



Pausa para lanchar Pastéis de Belém durante um passeio de bicicleta pela cidade, Jardim de Belém, Lisboa - agosto 2012



Bicicleta descansa à chegada da *alleycat* "Pão por deus" - Praça do Intendente, Lisboa - novembro 2012



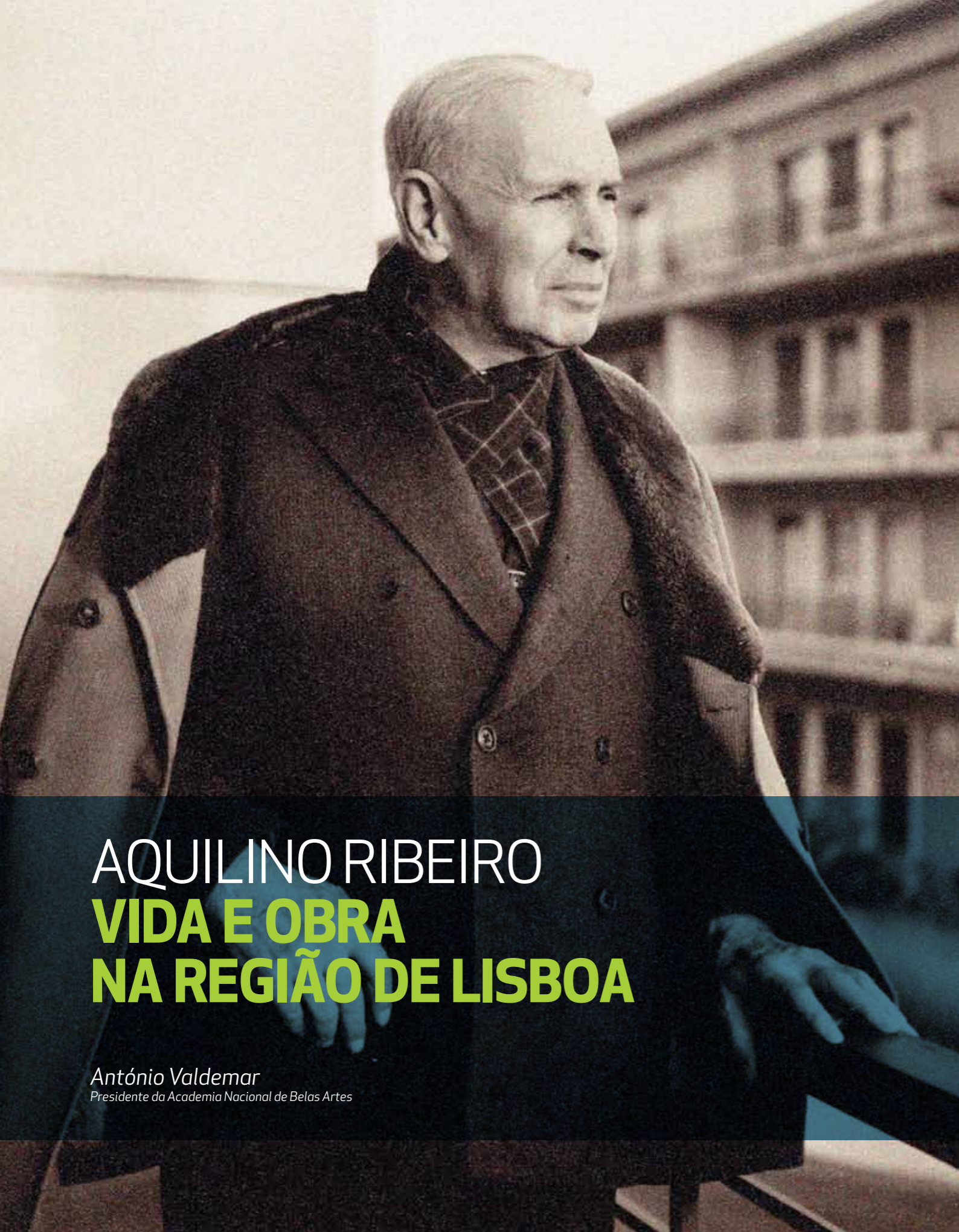
Caminhada de aproximação à via de escalada "Noiva", Praia da Ursa, Sintra - agosto 2012



Escalador na "Noiva", Praia da Ursa, Sintra - agosto 2012



Caminhante na Serra do Risco, Parque Natural da Arrábida - janeiro 2013



AQUILINO RIBEIRO

VIDA E OBRA NA REGIÃO DE LISBOA

António Valdemar
Presidente da Academia Nacional de Belas Artes

A obra e a vida de Aquilino Ribeiro também se encontram ligadas à região metropolitana de Lisboa, aos concelhos de Lisboa, de Oeiras e de Sintra. É um percurso que – ao contrário de Eça de Queiroz – decorreu da serra para a cidade, mantendo sempre um vínculo com as raízes telúricas e humanas.

Residiu em Lisboa e tinha, no Chiado, um dos seus lugares diários de convívio. Morou em Santo Amaro de Oeiras e na Cruz Quebrada e, por último, na rua António Ferreira, no bairro de São Miguel, em Entrecampos.

Todos os dias recorria aos transportes públicos, ao comboio, aos elétricos e aos autocarros. Passou férias no concelho de Sintra. Escreveu, na Idanha-Beças, o *Romance da Raposa*, para crianças, jovens e para adultos. Concluiu e datou, também da Idanha, a *Estrada de Santiago* que incluiu, pela primeira vez, o *Malhadinhas*. Ainda a propósito do concelho de Sintra refira-se o livro, da sua autoria, dedicado ao artista Leal da Câmara, que passou os últimos anos de vida na Rinchoa, onde tem uma Casa-Museu.

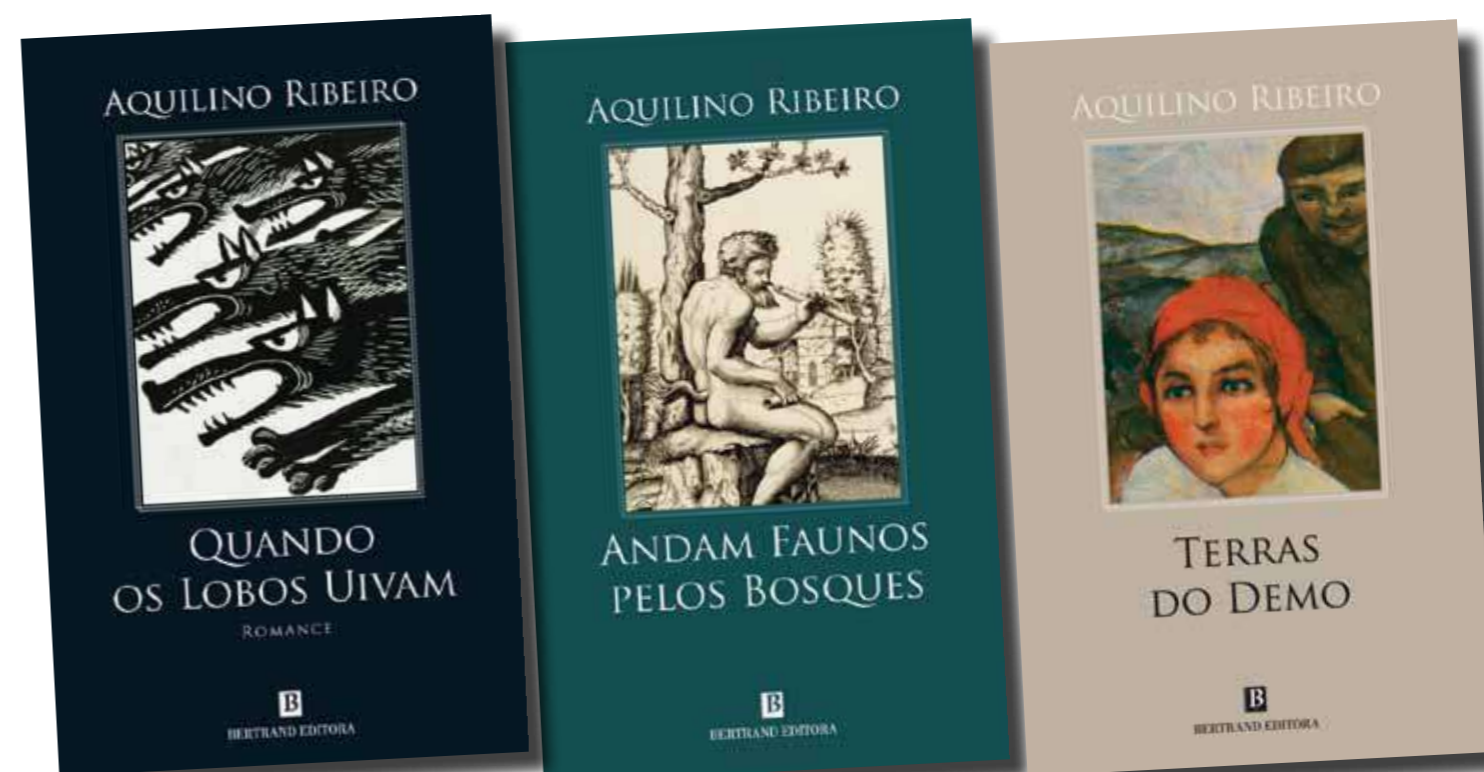
Nasceu Aquilino Ribeiro a 13 de setembro de 1885. Passou a infância na Soutosa, em Moimenta da Beira e estudou em Lamego e em Viseu.

Estabeleceu-se, em Lisboa, em 1906. Tomou parte na ação revolucionária para a queda da Monarquia e a proclamação da República. Entretanto, foi preso e teve de recorrer ao exílio. Permaneceu vários anos em Paris, vindo a radicar-se em Lisboa a partir de 1914.

Foi professor do Liceu Camões (evoca esses período na novela *Domingo de Lázaro*) e funcionário do quadro da Biblioteca Nacional, de onde foi demitido em consequência da intervenção, em 1927, nas primeiras revoluções contra a ditadura. Esta relação com Lisboa nunca o separou da memória das origens, que constituiu o cerne da sua produção literária.

A geografia física e a geografia humana da Beira Alta fundidas na *Geografia Sentimental* – um dos seus títulos emblemáticos – foram recuperadas por Aquilino na sua obra extensa e intensa.

O *Malhadinhas* costuma ser a grande referência. Mas há muitos outros livros de Aquilino que nos retratam o casticismo visceral da região. Entre os romances e novelas destacam-se, *Terras do Demo*, *Estrada de Santiago*, *Quando os Lobos Uivam* e a reconstituição autobiográfica em *Cinco Reis de Gente*, *Uma Luz ao Longe* e *Via Sinuosa*. O inventário beirão de Aquilino ficaria incompleto sem mencionar

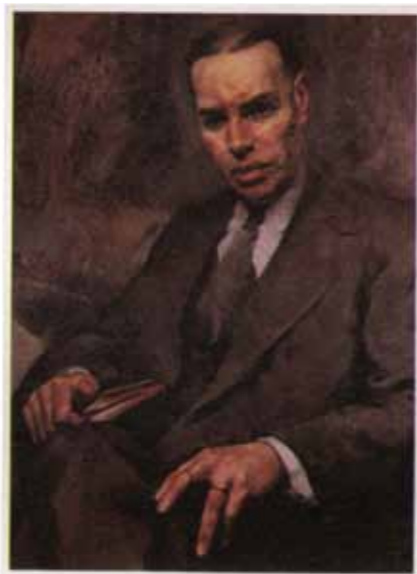


os ensaios ocasionais reunidos em *Aldeia, Avós dos Nossos Avós, Arcas Encoiradas, Homem da Nave*.

Há vários livros de Aquilino que retratam Lisboa: *Um Escritor Confessa-se*, primeiro tomo das memórias que não concluiu; *Lápides Partidas, Mónica e Arcanjo Negro*.

Estamos, em 2013, perante o centenário da publicação do primeiro livro de Aquilino, *Jardim das Tormentas*, que logo o projetou numa dimensão nacional e os 50 anos da morte do escritor, em plena apoteose do jubileu literário, comemorado desde a Academia das Ciências, a Sociedade Portuguesa de Escritores, o Ateneu Comercial do Porto, até e associações operárias, a cooperativa de Almada e coletividades recreativas como o Sport de Algés e Dafundo, onde recebeu a última homenagem, falecendo dois dias depois.

Aquilino fez da literatura – caso muito raro entre nós – um ofício em tempo inteiro e empenhou-se na dignificação social da condição do



escritor e do seu estatuto profissional. Pertenceu à comissão organizadora da Sociedade Portuguesa de Escritores e foi eleito primeiro presidente da direção.

Figura dominante da vida cultural e política das tertúlias do Chiado, Aquilino conhecia Portugal palmo a palmo. Através de cerca de uma centena de títulos que abrangem o romance, a novela, o conto, o ensaio, as biografias, as reconstituições históricas prodigalizou-se em “semear palavras ao vento e contra o vento e em todas as marés”.

Enriqueceu a língua na sua diversidade, harmonia e opulência, tal como Camões, Vieira, Bernardes, Camilo, prosseguindo as lições e ensinamentos dos mestres

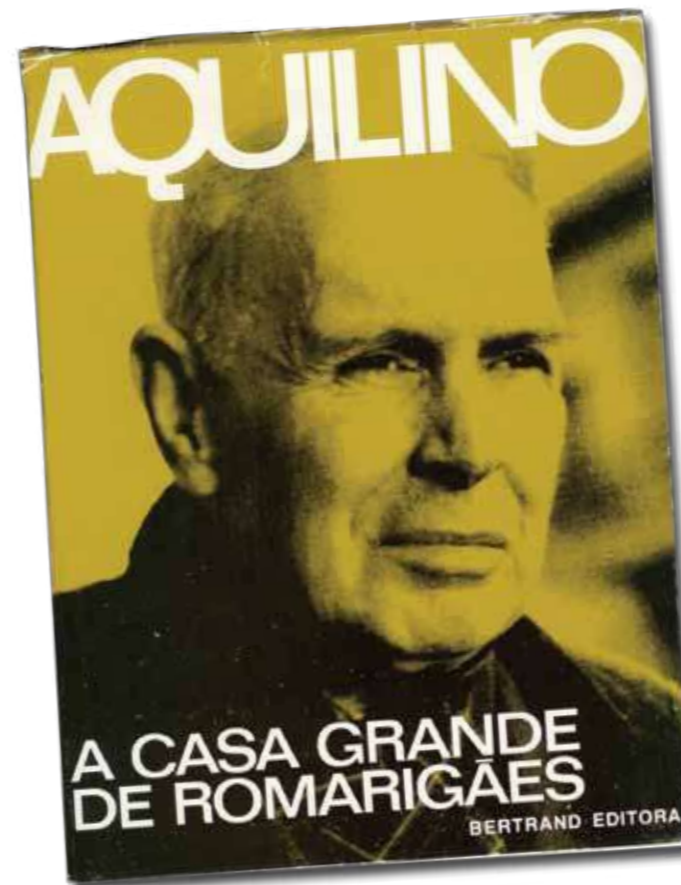
vernáculos. Introduziu milhares de palavras novas ao cruzar a tradição erudita com a fala popular. Consolidou um estilo. Pessoal e intransmissível.

“De pena na mão - é melhor citá-lo - procuro ser independente, original, inteiriço como um bárbaro”. Auscultava o que havia em cada vocábulo, a matriz etimológica, a carga emotiva, as virtualidades melódicas e cromáticas para descrever a paisagem e a ocupação humana, os ciclos da natureza, a variedade dos sentimentos (o amor, a raiva, o ódio, a saudade, a inveja, a compaixão e o desprezo), emoções, gestos, atitudes que marcam os comportamentos individuais e coletivos. Contemporâneo do modernismo, mas sem relações com o *Orpheu* e outras bandeiras do movimento de vanguarda, Fernando Pessoa, perante os primeiros livros de Aquilino, não hesitou em classificá-lo de “grande prosador” e de o recomendar para o estrangeiro como leitura de referência. Desde os primórdios, era um clássico entre os modernos e um moderno entre os clássicos

Resistente à ditadura, às várias ditaduras que suportou em Portugal – a de João Franco, na Monarquia; a de Sidónio Pais, na 1ª República; a de Salazar, no Estado Novo – lutou pela restituição da Democracia e contra todas as formas de sujeição.

O combate frontal à opressão política e às desigualdades sociais valeram-lhe a prisão, o exílio, a demissão da função pública, enxovalhos parlamentares, vexames em jornais, sem que pudesse exercer o direito de resposta.

Já depois dos 70 anos e quase até às portas da morte (faleceu a 27 de maio de 1963) debateu-se com um processo-crime por delito de



opinião. No livro *Quando os Lobos Uivam* tinha denunciado os mecanismos de repressão salazarista: a censura, as purgas universitárias, os tribunais plenários, a cumplicidade de magistrados com a polícia política, a distorção da Justiça.

A determinação de Aquilino era indisfarçável. Os que não tiveram o privilégio do seu convívio depararam, nos seus livros, com a intimidade do homem: a coragem de enfrentar o poder. A recusa em ficar calado e patuar com a indiferença e a apatia que, durante meio século, caracterizaram o Portugal obediente, o Portugal ferido na sua integridade cívica e amputado na sua dimensão cultural.

Escrever, para Aquilino, não era compatível com regras de cartilhas estéticas e diretrizes de escolas literárias. Cada escritor – assim o recomendava – pode e deve fazer tudo o que quiser, “desde que não arme em fariseu e não esteja nunca contra os simples, de braço dado com os tralfulhas, nem contra os fracos, de braço dado com os poderosos”.

Na vida e na literatura, Aquilino manifestou integral coerência entre as palavras e os atos. Nunca teve medo de pensar alto, discordar em público, agir onde entendesse e quando fosse necessário. Apenas

obedecia à sua consciência e aos seus ideais. Rompeu, sempre, com o servilismo, a hipocrisia, os interesses instalados, a unanimidade de opinião.

Ao chegar ao fim de uma vida intensa e extensa não se considerava satisfeito. A missão do homem e do escritor não as julgava cumpridas. Poucos dias antes de falecer, na homenagem que lhe prestaram na Sociedade Portuguesa de Escritores, afirmou: “Morro insatisfeito. A minha obra é imperfeita e bem o sinto”. [...] “Sei que estou a aproximar-me do ocaso. Mas como os trabalhadores da minha serra, hei-de morrer com a enxada na mão”. [...] “Olhem sempre em frente, olhem o sol, não tenham medo de errar, sendo originais, iconoclastas e anti, o mais anti que puderem, e verdadeiros, fugindo aos velhos caminhos trilhados de pé posto e a todas as conjuras dos velhos do Restelo. Cultivem a inquietação como fonte de renascimento”.

Esta mensagem de Aquilino resumiu a lição de uma vida e o exemplo para o futuro: a fidelidade à palavra, a fidelidade à terra, a fidelidade ao seu tempo e à liberdade, a fidelidade à insatisfação. Assim fez da escrita uma arma de luta, um magistério intelectual e um testemunho moral.

OS GRANDES VINHOS DO TERMO DE LISBOA

2.ª PARTE - SETÚBAL

Dos tempos do senhor Fonseca, ficou a marca indelével da casta Castelão, que não só se espalhou por toda a região, como mostrou que era aqui que ela melhor se dava

João Paulo Martins
Jornalista

Neste segundo texto sobre os vinhos do termo de Lisboa vamos falar sobre as grandes marcas da região de Setúbal. Do Tejo até ao Sado estamos em zona de planície, confrontada depois pela barreira da serra da Arrábida, verdadeira “parede” que condiciona, sem impedir, a influência marítima nas zonas de Azeitão, onde floresce o melhor moscatel. Dois temas são verdadeiramente obrigatórios quando se fala nesta zona a sul de Lisboa: o Castelão, a casta que molda os tintos da região e o Moscatel (da variedade moscatel de Alexandria), que elevou esta zona ao altar tripartido dos grandes generosos portugueses, onde já estão o Porto e o Madeira. Da história do Castelão já quase tudo foi dito e redito; o grande impulsionador foi José Maria da Fonseca (JMF), que por aqui se instalou em meados do séc. XIX e aqui deixou marca. Os seus herdeiros continuam a “tocar para a frente” a difícil guerra onde o vinho está hoje envolvido a nível mundial. Dos tempos do senhor Fonseca ficou a marca indelével da casta Castelão, que não só se espalhou por toda a região, como mostrou que era aqui que ela melhor se dava (ao que a história conta, poderá ter sido “importada” do Ribatejo). Era também a casta mais plantada na enorme vinha do Poceirão, que já reivindicava, no séc. XIX, o título da maior vinha do mundo. A herdade do Rio Frio chegou a ser um verdadeiro mar de vinhas com dezenas de adegas a funcionar em simultâneo e cerca de 600 famílias a morar e trabalhar na terra. Os grandes vinhos de Castelão estiveram, durante décadas e décadas, confinados à casa JMF. Em boa verdade, até aos anos 80 do séc. XX esta era a única grande casa que colocava regularmente vinhos no mercado e ia muito além dos vinhos

“regulares mas não excecionais” que a região produzia. Relembro que, ainda nos anos 60 e 70 do século passado, nos concursos de vinhos na produção que o IVV levava a efeito todos os anos, os prémios eram invariavelmente entregues a lavradores desta região, com especial destaque para Palmela. O passo seguinte é que se revelava fatal: eram vinhos que, vendidos a granel, iam engrossar as marcas dos armazénistas da zona ou até das grandes casas. Xavier Santana, Emídio de Oliveira, Sívipa, Venâncio da Costa Lima, Coop. de Palmela e Coop. de





Pegões funcionavam como os “grandes” da região, por vezes com bons vinhos, raramente com vinhos memoráveis. Restavam então, como vinhos de topo, os tintos da JMF, alguns deles escondidos atrás de misteriosas siglas que só há pouco anos foram reveladas – TE, CO e algumas delas referindo-se a vinhos de outras regiões, como o Alentejo ou o Dão – AP, DA, DP, entre muitas outras. Foram vinhos que marcaram uma época e alguns ainda dão uma prova muito boa atualmente.

A novidade que veio mexer de fato com a região e a levou a um grande salto em frente foi trazida pelos vinhos criados por António Francisco Avillez na firma João Pires, depois batizada como JP Vinhos. Verdadeiro visionário que estava à frente do seu tempo, empreendedor e inquieto teve, em Peter Bright, então jovem enólogo australiano recém-chegado ao país, o apoio técnico indispensável para criar novos vinhos e alargar horizontes. Nasceram, assim, em finais de 80, algumas das marcas mais emblemáticas da região. Tinham uma particularidade: rompiam com a tradição, apostavam em castas novas, muitas delas estrangeiras, inovavam na apresentação e colocavam os vinhos da terra num patamar de preço que até então era desconhecido: Quinta da Bacalhôa, Má Partilha, Cova da Urso, Catarina e o famosíssimo João Pires branco (feito apenas de moscatel), trouxeram o nome da JP Vinhos para a ribalta e os prémios internacionais não se fizeram esperar.

Com os anos 90 começaram a surgir – como aconteceu no resto do país – um conjunto de produtores-engarrafadores que vieram, ainda que muitas vezes em pequena escala, dar um novo impulso à região. Alguns chegaram a ser importantes mas não sobreviveram por muito tempo, como as marcas Hero do Castanheiro e Pegos Claros; outros foram surgindo, apostando em vinhos diferentes, como a Herdade do

Portocarro, Herdade do Cebolal ou a Herdade das Soberanas. Com uma área de vinha de cerca de 10 000 ha, que se tem mantido estável nos últimos anos, dos quais cerca de 330 se destinam a D.O.C. Moscatel de Setúbal, a região é hoje um mosaico de castas. Ao antigo monopólio do Castelão sucedeu-se a proliferação de variedades, muitas nacionais que chegaram de outras zonas, como a Touriga Nacional ou o Aragonês, a Trincadeira ou o Alicante Bouschet, até às estrangeiras que parece que vieram para ficar, como o Syrah, o Chardonnay ou o Viognier.

A transformação da JP Vinhos em Bacalhôa Vinhos de Portugal e o crescimento para uma empresa de grandes dimensões da Casa Ermelinda Freitas vieram criar um triângulo, cujo outro vértice é naturalmente ocupado pela JMF. São as três grandes casas que dominam o negócio da região. E se hoje não é fácil reconhecer o estilo antigo dos vinhos regionais, tal não deve ser entendido como um fator negativo. De fato, o apreço que os consumidores mostram hoje pelos

vinhos desta zona a sul de Lisboa, e que a colocam em terceiro lugar nas preferências do consumo, a seguir ao Alentejo e aos Vinhos Verdes, esse apreço mostra que a região soube adaptar-se ao gosto do consumidor e dar resposta aos seus apetites vínicos. Os grandes vinhos continuam na Bacalhôa e na JMF. Pode, no entanto, ficar a pergunta: será que é possível ainda hoje fazer um grande Castelão que faça ombrear esta casta com as recém-chegadas, tão apreciadas pelos consumidores? Creio que sim e acho mesmo que qualquer produtor da zona que tenha uma vinha velha e saudável de Castelão, deveria ter no seu portefólio um vinho – mesmo que em quantidade “garagista” – que homenageasse a casta que deu fama às terras de Palmela. Será de terrenos de areia? Porque não? Será das encostas da serra? É capaz de ser verdade. Muitos dos operadores daqui têm ainda vinhedos para cumprir este desiderato mas não fazem muito por isso. E é pena.



AML PROMOVEU INICIATIVAS PÚBLICAS SOBRE EDUCAÇÃO E TRANSPORTES

A Área Metropolitana de Lisboa, através da Comissão Permanente de Educação, Cultura, Desporto, Juventude, Ciência e Tecnologia da Assembleia Metropolitana de Lisboa, promoveu, no passado dia 10 de maio, o Seminário “A Educação na Área Metropolitana de Lisboa: responsabilidades, desafios e perspetivas”, que teve lugar na Escola Superior de Educação de Lisboa.

Este Seminário, que reuniu mais de uma centena de participantes, teve por objetivo a caracterização do estado da Educação na AML, bem como promover a reflexão sobre as atuais políticas educativas, proporcionando o encontro entre os diferentes atores educativos.

Contou com intervenções de vários especialistas nacionais e responsáveis políticos da área da Educação.

A abertura dos trabalhos ficou a cargo de João Serrano, Presidente da Assembleia Metropolitana de Lisboa, e de Cristina Loureiro, Presidente da Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx) do Instituto Politécnico de Lisboa e o seu encerramento coube a Patrícia Ferreira, Presidente da Comissão organizadora, e a Carlos Humberto de Carvalho, Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa.

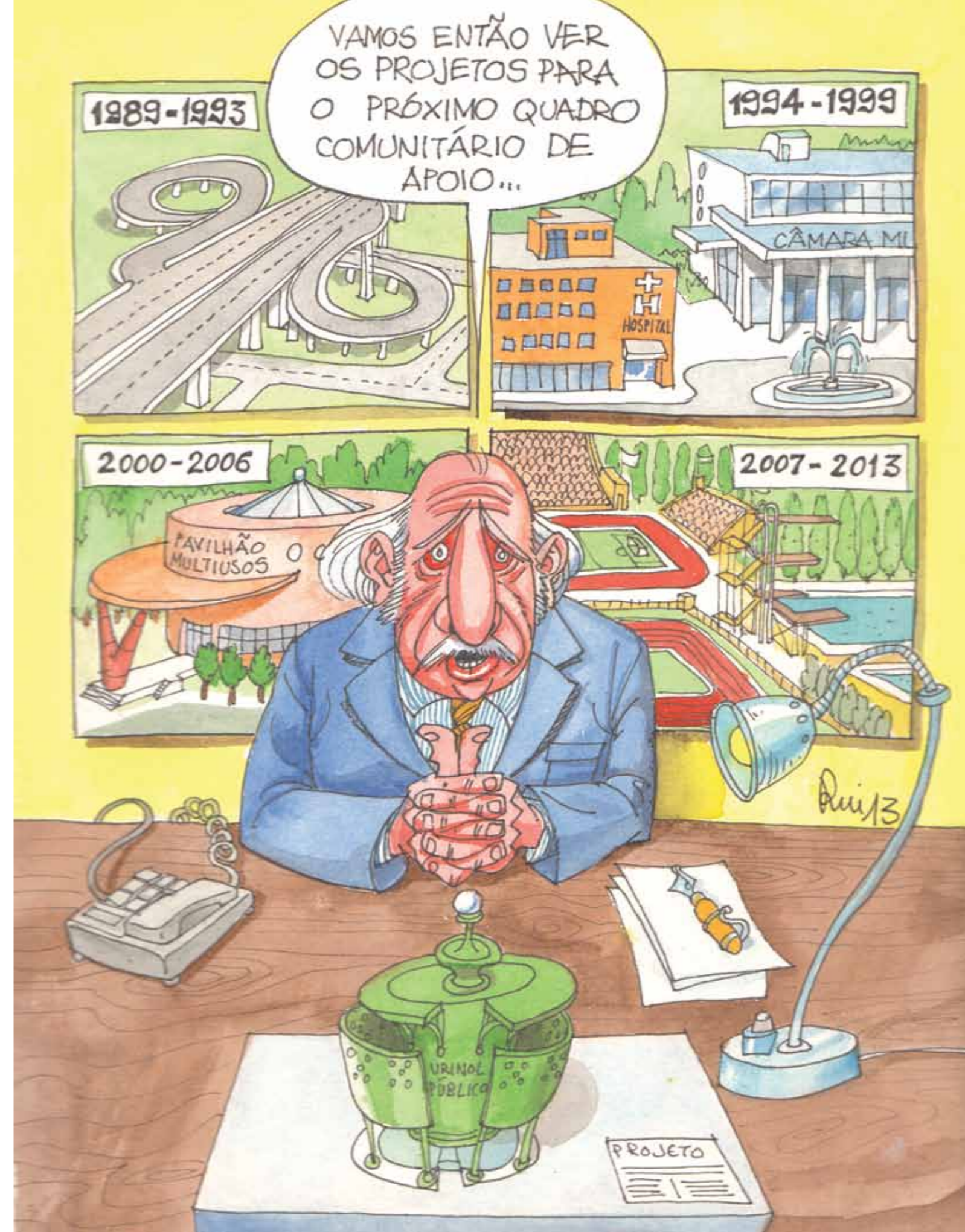


Em 3 de junho, através da Comissão Permanente de Transportes e Mobilidade da Assembleia Metropolitana de Lisboa, promoveu no Auditório da estação de metropolitano do Alto dos Moinhos, a Conferência “A região metropolitana, a mobilidade e a logística”.

Esta Conferência, por sua vez, teve como principal objetivo debater o Plano Estratégico de Transportes no âmbito da AML, no atual contexto, e acolheu mais de centena e meia de participantes.

Contou com a participação de especialistas da área, operadores e decisores políticos, que abordaram diversas temáticas no contexto da área metropolitana de Lisboa.

A abertura dos trabalhos coube ao Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Sérgio Silva Monteiro; a Luís Barroso, Administrador da Carris Metro Transportes de Lisboa; e a Joaquim dos Reis Marques, Presidente da Comissão Permanente de Transportes e Mobilidade, e o seu encerramento ficou a cargo também de Joaquim dos Reis Marques e de Joaquim Santos, Coordenador do Grupo de Vereadores da Mobilidade e dos Transportes dos municípios da AML.



Área Metropolitana de Lisboa

Alcochete
Almada
Amadora
Barreiro
Cascais
Lisboa
Loures
Mafra
Moita
Montijo
Odivelas
Oeiras
Palmela
Seixal
Sesimbra
Setúbal
Sintra
Vila Franca de Xira



ÁREA METROPOLITANA
DE LISBOA

